

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	6
Demonstração do Resultado Abrangente	8
Demonstração do Fluxo de Caixa	9

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012	11
DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011	12
Demonstração do Valor Adicionado	13
Comentário do Desempenho	14
Notas Explicativas	18
Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais	41
Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes	42

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	43
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	45
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	46
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	47

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Mil)	Trimestre Atual 30/06/2012
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	402.202
Preferenciais	384.204
Total	786.406
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro

Evento	Aprovação	Provento	Início Pagamento	Espécie de Ação	Classe de Ação	Provento por Ação (Reais / Ação)
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe A	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe B	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe C	0,03669
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Preferencial	Preferencial Classe R	0,01223
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Juros sobre Capital Próprio		Ordinária		0,02599
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Dividendo		Ordinária		0,05911
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe A	0,04841
Assembléia Geral Ordinária	12/04/2012	Dividendo		Preferencial	Preferencial Classe C	0,04841

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
1	Ativo Total	1.415.309	1.402.059
1.01	Ativo Circulante	80.986	48.766
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	40.311	3.314
1.01.03	Contas a Receber	23.358	17.452
1.01.03.01	Clientes	579	582
1.01.03.01.01	Concessionárias	579	582
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	22.779	16.870
1.01.03.02.01	Rendas a receber	22.779	16.870
1.01.04	Estoques	3.639	4.696
1.01.06	Tributos a Recuperar	13.193	22.468
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	13.193	22.468
1.01.07	Despesas Antecipadas	255	664
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	230	172
1.01.08.03	Outros	230	172
1.02	Ativo Não Circulante	1.334.323	1.353.293
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	9.491	9.333
1.02.01.03	Contas a Receber	1.240	1.193
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	1.240	1.193
1.02.01.06	Tributos Diferidos	8.251	8.140
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	8.251	8.140
1.02.03	Imobilizado	1.298.350	1.317.098
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	1.272.805	1.291.157
1.02.03.03	Imobilizado em Andamento	25.545	25.941
1.02.04	Intangível	26.482	26.862
1.02.04.01	Intangíveis	26.482	26.862
1.02.04.01.02	Direito de concessão - Utilização do bem Público	13.281	13.605
1.02.04.01.03	Intangível em Serviço	569	700
1.02.04.01.04	Intangível em Curso	12.632	12.557

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2	Passivo Total	1.415.309	1.402.059
2.01	Passivo Circulante	171.564	188.489
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	1.377	1.365
2.01.01.01	Obrigações Sociais	195	102
2.01.01.02	Obrigações Trabalhistas	1.182	1.263
2.01.02	Fornecedores	1.243	3.220
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	1.243	3.220
2.01.03	Obrigações Fiscais	32.347	39.561
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	32.326	39.442
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	29.839	34.833
2.01.03.01.02	Outros	2.487	4.609
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	1	58
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	20	61
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	29.216	60.989
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	29.216	60.989
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	29.216	60.989
2.01.05	Outras Obrigações	99.409	74.823
2.01.05.01	Passivos com Partes Relacionadas	57.265	54.752
2.01.05.01.01	Débitos com Coligadas	51.493	49.233
2.01.05.01.03	Débitos com Controladores	5.772	5.519
2.01.05.02	Outros	42.144	20.071
2.01.05.02.02	Dividendo Mínimo Obrigatório a Pagar	38.063	16.011
2.01.05.02.04	Uso do bem publico	3.441	3.634
2.01.05.02.05	Encargos regulamentares e setoriais	102	158
2.01.05.02.06	Outras contas a pagar	538	268
2.01.06	Provisões	7.972	8.531
2.01.06.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	9	12
2.01.06.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	9	12
2.01.06.02	Outras Provisões	7.963	8.519
2.01.06.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	7.963	8.519
2.02	Passivo Não Circulante	128.601	128.101
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	76.695	75.113
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	76.695	75.113
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	76.695	75.113
2.02.02	Outras Obrigações	38.087	37.987
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	25	132
2.02.02.01.01	Débitos com Coligadas	15	38
2.02.02.01.03	Débitos com Controladores	10	94
2.02.02.02	Outros	38.062	37.855
2.02.02.02.04	Encargos regulamentares e setoriais	73	41
2.02.02.02.05	Uso do bem público	37.989	37.814
2.02.04	Provisões	13.819	15.001
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	6.876	6.337
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	2.769	2.746
2.02.04.01.03	Provisões para Benefícios a Empregados	337	243
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	3.770	3.348

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/06/2012	Exercício Anterior 31/12/2011
2.02.04.02	Outras Provisões	6.943	8.664
2.02.04.02.03	Provisões para Passivos Ambientais e de Desativação	6.943	8.664
2.03	Patrimônio Líquido	1.115.144	1.085.469
2.03.01	Capital Social Realizado	804.459	804.459
2.03.02	Reservas de Capital	14.473	14.473
2.03.02.01	Ágio na Emissão de Ações	14.473	14.473
2.03.04	Reservas de Lucros	244.655	266.708
2.03.04.01	Reserva Legal	21.987	21.987
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	96.063	90.085
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	60.067
2.03.04.10	Reserva de Investimento	126.605	94.569
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	51.726	0
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-169	-171

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	63.622	127.212	50.013	100.030
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-11.207	-22.522	-11.263	-22.064
3.02.01	Custo com energia elétrica	-343	-687	-325	-671
3.02.02	Custo de operação	-10.864	-21.835	-10.938	-21.393
3.03	Resultado Bruto	52.415	104.690	38.750	77.966
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-5.448	-8.636	-4.628	-7.917
3.04.01	Despesas com Vendas	-15	-16	-19	-32
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-4.144	-7.739	-4.435	-7.727
3.04.02.03	Despesas Gerais e Administrativas	-4.000	-7.447	-4.372	-7.557
3.04.02.04	Depreciações e Amortizações	-144	-292	-63	-170
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	-1.289	-881	-174	-158
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	46.967	96.054	34.122	70.049
3.06	Resultado Financeiro	-10.088	-14.607	-7.043	-18.580
3.06.01	Receitas Financeiras	279	336	285	376
3.06.02	Despesas Financeiras	-10.367	-14.943	-7.328	-18.956
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	36.879	81.447	27.079	51.469
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-14.566	-29.721	-7.386	-15.600
3.08.01	Corrente	-14.614	-29.833	-9.174	-18.668
3.08.02	Diferido	48	112	1.788	3.068
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	22.313	51.726	19.693	35.869
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	22.313	51.726	19.693	35.869
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,01451	0,03364	0,01281	0,02333
3.99.01.02	PNR	0,00922	0,02138	0,00814	0,01482
3.99.01.03	PNA	0,00059	0,00136	0,00052	0,00094
3.99.01.04	PNB	0,00019	0,00043	0,00016	0,00030
3.99.01.05	PNC	0,00387	0,00897	0,00341	0,00622

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,01451	0,03364	0,01281	0,02333
3.99.02.02	PNR	0,00922	0,02138	0,00814	0,01482
3.99.02.03	PNA	0,00059	0,00136	0,00052	0,00094
3.99.02.04	PNB	0,00019	0,00043	0,00016	0,00030
3.99.02.05	PNC	0,00387	0,00897	0,00341	0,00622

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/04/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2011 à 30/06/2011	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
4.01	Lucro Líquido do Período	22.313	51.726	19.693	35.869
4.02	Outros Resultados Abrangentes	2	2	0	0
4.02.01	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	3	3	0	0
4.02.02	Imposto de renda e contribuições sociais diferidos	-1	-1	0	0
4.03	Resultado Abrangente do Período	22.315	51.728	19.693	35.869

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	76.370	60.316
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	115.797	89.828
6.01.01.01	Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	81.447	51.469
6.01.01.02	Provisão para créditos de liquidação duvidosa e perdas líquidas	14	8
6.01.01.05	Depreciações e amortizações	17.597	17.813
6.01.01.06	Valor residual do ativo imobilizado e intangível baixados	1.244	906
6.01.01.07	Despesas pagas antecipadamente	439	428
6.01.01.08	Encargos de dívidas e variações monetárias sobre empréstimos, financiamentos e debêntures	7.780	7.435
6.01.01.09	Uso do bem público - atualização monetária e AVP	1.966	6.319
6.01.01.10	Provisão para plano de benefícios pós-emprego	40	268
6.01.01.11	Provisão e atualização monetária para contingências cíveis, fiscais e trabalhistas	724	322
6.01.01.12	Provisões para licenças ambientais - atualização monetária e AVP	434	546
6.01.01.13	Ajuste a valor presente	1.582	1.455
6.01.01.16	Encargos regulamentares e setoriais - provisão e atualização monetária	16	13
6.01.01.19	Juros e atualizações monetárias dos contratos de mútuos	2.514	2.846
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-39.427	-29.512
6.01.02.01	Concessionárias	-11	18
6.01.02.02	Impostos e contribuições sociais compensáveis	-1.377	2.763
6.01.02.03	Rendas a receber	-5.909	-5.881
6.01.02.04	Cauções e depósitos vinculados	-47	-301
6.01.02.05	Despesas pagas antecipadamente	-30	-23
6.01.02.06	Outros ativos operacionais	-58	-29
6.01.02.07	Fornecedores	-1.977	-644
6.01.02.08	Outros tributos e contribuições sociais	-868	-2.186
6.01.02.09	Benefícios pós-emprego	51	1
6.01.02.10	Obrigações estimadas com pessoal	12	-398
6.01.02.11	Encargos regulamentares e setoriais	-40	-9
6.01.02.12	Uso do bem público	-1.984	-1.664
6.01.02.13	Provisões	-2.990	-1.957
6.01.02.15	Outros passivos operacionais	270	-134
6.01.02.16	Imposto de renda e contribuição social pagos	-25.526	-19.067
6.01.02.17	Estoques	1.057	-1
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	287	-452
6.02.01	Adições ao imobilizado e intangível	-1.268	-452
6.02.02	Recebimento de caixa por indenização de seguros	1.555	0
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-39.660	-40.116
6.03.01	Partes relacionadas	-107	113
6.03.02	Amortização Principal de Emprést, financ, Debêntures e encargos de dívidas, líquida de derivativos	-37.607	-35.743
6.03.06	Encargos de dívidas líquido de derivativos	-1.946	-4.486
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	36.997	19.748
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	3.314	3.912

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	40.311	23.660

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/06/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	266.708	0	-171	1.085.469
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	266.708	0	-171	1.085.469
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-22.053	0	0	-22.053
5.04.09	Dividendo adicional aprovado	0	0	-22.053	0	0	-22.053
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	51.726	2	51.728
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	51.726	0	51.726
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	2	2
5.05.02.06	Ganhos e perdas atuariais - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	3	3
5.05.02.08	Imposto de renda e contribuição social diferidos	0	0	0	0	-1	-1
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	244.655	51.726	-169	1.115.144

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2011 à 30/06/2011**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	804.459	14.473	202.426	0	0	1.021.358
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	35.869	0	35.869
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	35.869	0	35.869
5.07	Saldos Finais	804.459	14.473	202.426	35.869	0	1.057.227

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2012 à 30/06/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2011 à 30/06/2011
7.01	Receitas	140.200	110.248
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	140.214	110.256
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-14	-8
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-7.335	-6.384
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-1	-44
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-5.111	-4.954
7.02.04	Outros	-2.223	-1.386
7.02.04.02	Encargos de uso de sistema de transmissão	-686	-627
7.02.04.03	Outros custos operacionais	-1.537	-759
7.03	Valor Adicionado Bruto	132.865	103.864
7.04	Retenções	-17.597	-17.813
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-17.597	-17.813
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	115.268	86.051
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	336	376
7.06.02	Receitas Financeiras	336	376
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	115.604	86.427
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	115.604	86.427
7.08.01	Pessoal	4.824	4.656
7.08.01.01	Remuneração Direta	3.770	3.601
7.08.01.02	Benefícios	811	815
7.08.01.03	F.G.T.S.	243	240
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	43.888	26.712
7.08.02.01	Federais	43.753	26.652
7.08.02.02	Estaduais	94	24
7.08.02.03	Municipais	41	36
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	15.166	19.190
7.08.03.01	Juros	14.943	18.956
7.08.03.02	Aluguéis	223	234
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	51.726	35.869
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	51.726	35.869

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho da Investco S.A. Período de janeiro a junho de 2012

COMENTÁRIO DE DESEMPENHO DA COMPANHIA NO PERÍODO DE JANEIRO A JUNHO DE 2012(*)

(*) Todas as informações apresentadas nesse comentário de desempenho estão de acordo com os critérios da legislação societária brasileira, a partir de informações financeiras revisadas. As informações operacionais não foram objeto de revisão por parte dos auditores independentes.

A COMPANHIA

A **Investco S.A.** tem como atividade a exploração da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães (“**UHE Lajeado**”), localizada no Rio Tocantins, nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, Estado do Tocantins. A Usina tem potência instalada de 902,5 MW, distribuída em cinco unidades geradoras com potência de 180,5 MW cada, e uma energia assegurada anual de 4.613 GWh.

Descrição	unidade	Saldos		
		jun/12	dez/11	Var. %
Financeiros				
Ativo total	R\$ mil	1.415.309	1.402.059	0,9%
Patrimônio líquido	R\$ mil	1.115.144	1.085.469	2,7%
Dívida líquida	R\$ mil	65.600	132.788	-50,6%
Dívida líquida/ Patrimônio líquido	vezes	0,06	0,12	-51,9%
Dívida líquida/ EBITDA (12 meses)	vezes	0,33	0,76	-56,1%

Resultados		Janeiro a Junho		
		2012	2011	Var. %
Receita Líquida	R\$ mil	127.212	100.030	27,2%
Gastos não-gerenciáveis	R\$ mil	(845)	(815)	3,7%
Gastos gerenciáveis	R\$ mil	(30.313)	(29.166)	3,9%
EBITDA	R\$ mil	113.651	87.862	29,4%
Resultado do serviço (EBIT)	R\$ mil	96.054	70.049	37,1%
Resultado financeiro	R\$ mil	(14.607)	(18.580)	-21,4%
Resultado antes de IR e CS	R\$ mil	81.447	51.469	58,2%
Lucro líquido	R\$ mil	51.726	35.869	44,2%
Margens				
Margem EBITDA (EBITDA/ receita líquida)	%	89,34%	87,84%	1,5 p.p.
Margem líquida (lucro líquido/ receita líquida)	%	40,66%	35,86%	4,8 p.p.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho da Investco S.A.
Período de janeiro a junho de 2012

DESEMPENHO OPERACIONAL

A **Investco S.A.** opera e mantém a **UHE Lajeado**, que no primeiro semestre de 2012 gerou 29,2 GWh, valor superior ao registrado no mesmo período do ano passado, de 28,4 GWh.

DESEMPENHO ECONÔMICO FINANCEIRO

Demonstração do resultado do exercício	jun/12	jun/11	var. %
Receita operacional bruta	140.213	110.256	27,2%
(-) Deduções à receita operacional	(13.001)	(10.226)	27,1%
(=) Receita operacional líquida	127.212	100.030	27,2%
Gastos não gerenciáveis	(845)	(815)	3,7%
Energia elétrica comprada para revenda	(1)	(44)	-97,7%
Encargos de uso da rede elétrica	(686)	(627)	9,4%
Outros gastos não gerenciáveis	(158)	(144)	9,7%
Margem bruta	126.367	99.215	27,4%
Gastos gerenciáveis	(12.154)	(11.353)	7,1%
Pessoal	(5.710)	(5.353)	6,7%
Materiais e serviços de terceiros	(5.111)	(4.954)	3,2%
Arrendamentos e aluguéis	(223)	(234)	-4,7%
Provisões e contingências	(175)	(22)	695,5%
Outros gastos gerenciáveis	(935)	(790)	18,4%
Resultado não Operacional	(562)	0	
EBITDA	113.651	87.862	29,4%
Depreciação e amortização	(17.597)	(17.813)	-1,2%
Resultado financeiro	(14.607)	(18.580)	-21,4%
Imposto de renda e contribuição social	(29.721)	(15.600)	90,5%
Lucro líquido	51.726	35.869	44,2%

A **Receita Operacional Líquida**, composta, de receita de arrendamento e venda de energia, atingiu R\$ 127,2 milhões no semestre findo em 30 de junho de 2012 apresentando um acréscimo de 27,2% em relação ao mesmo período do ano anterior. O acréscimo verificado de R\$ 27,2 milhões é proveniente principalmente da aplicação do CA (Coeficiente de Ajuste) existente no cálculo do valor de arrendamento.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho da Investco S.A. Período de janeiro a junho de 2012

Os **Gastos Não Gerenciáveis** (energia elétrica comprada para revenda e encargos do uso do sistema de transmissão e distribuição, principalmente) totalizaram R\$ 845 mil no semestre findo em 30 de junho de 2012, superiores em 3,7 % aos R\$ 815 mil verificados no mesmo período do ano anterior.

Os **Gastos Gerenciáveis**, que compreendem os gastos de pessoal, materiais, serviços de terceiros, provisões para contingências e outras despesas, aumentaram em R\$ 801 mil no semestre findo em 30 de junho de 2012, que corresponde ao acréscimo de 7,1 % em relação ao mesmo período do ano anterior. As principais variações se referem aos itens: Pessoal, na rubrica de Assistência Médica, Materiais na rubrica Conservação e Reparação no Sistema elétrico e Serviços de Terceiros nas rubricas de Consultoria, Jurídico, Publicidade e Propaganda e Administrativos.

O **Ebitda** do 1º Semestre de 2012 foi de R\$113,6 milhões, 29,4% superior ao mesmo período do ano anterior, em virtude dos pontos acima comentados na receita operacional líquida, gastos gerenciáveis e não gerenciáveis.

O **Resultado Financeiro** relativo ao período encerrado em 30 de junho de 2012 apresentou despesa de R\$ 14,6 milhões, decréscimo de R\$ 3,9 milhões em relação ao mesmo período do ano anterior. Os principais fatores foram: +R\$ 4,3 MM de Ajuste a Valor Presente e correção monetária do Uso do Bem Público, +R\$ 876 mil de outras despesas/receitas financeiras, +R\$ 332 mil de outras despesas (mútuo) e +R\$ 145 mil de rendas sobre aplicações financeiras, parcialmente compensadas pelos itens encargos da dívida -R\$ 1,4MM, variações monetárias diversas -R\$ 169 mil e Ajuste a Valor Presente das ações preferenciais -R\$ 127 mil.

No semestre findo em 30 de junho de 2012, a Investco apresentou **Lucro Líquido** de R\$ 51,7 milhões, 44,2% superior ao registrado no mesmo período do ano anterior.

ENDIVIDAMENTO

Endividamento	jun/12	dez/11	var.%
Dívida bruta	105.911	136.102	-22,18%
(-) Disponibilidades	(40.311)	(3.314)	1116,39%
(=) Dívida líquida	65.600	132.788	-50,60%

Em 30 de junho de 2012, a Investco apresentou um endividamento bancário líquido de R\$ 65,6 milhões, representando uma redução de 50,6% em relação ao apresentado em dezembro de 2011, em função das amortizações com o BNDES.

Comentário do Desempenho

Comentário de Desempenho da Investco S.A.

Período de janeiro a junho de 2012

A dívida bruta em 30 de junho de 2012 alcançou R\$ 105,9 milhões sendo composta de R\$ 19,2 milhões entre BNDES e outros bancos e ações preferenciais de R\$ 86,7 milhões.

Em 30 de junho de 2012, a dívida líquida representou 0,33 vezes o EBITDA acumulado nos últimos doze meses (1,0 vez em junho de 2011).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Investco S.A. (Companhia ou Investco), sociedade anônima de capital aberto, com sede em Tocantins, tem como objeto social estudos, planejamentos, projetos, constituição e exploração dos sistemas de produção, transmissão, transformação, distribuição e comércio de energia elétrica, especialmente a exploração dos ativos da Usina Hidrelétrica Luís Eduardo Magalhães e Sistema de Transmissão Associado (UHE Lajeado), localizados nos municípios de Lajeado e Miracema do Tocantins, no Estado do Tocantins, nos termos do Contrato de Concessão de Uso de Bem Público nº 05/97 - Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL (Contrato de Concessão).

1.1 Concessão

A Companhia detém o direito de exploração dos ativos da referida usina pelo prazo de 35 anos, contados a partir da data de sua publicação no Diário Oficial ocorrida em 15 de janeiro de 1998 com vigência até 15 de janeiro de 2033, podendo ser prorrogado nas condições que forem estabelecidas, mediante requerimento das concessionárias. A referida usina encontra-se em operação com cinco turbinas, cada uma com potência de 180,5 MW, representando uma potência total instalada de 902,5 MW e assegurada de 701,4 MW.

Da potência e energia asseguradas, a Companhia deverá destinar 617,48 MW e 2.877.660 MWh/ano até o prazo final deste contrato para venda às empresas concessionárias de serviços públicos de distribuição. Caso a Companhia não consiga entregar essa quantidade de energia, deverá ressarcir os agentes de mercado com os quais tem compromissos.

No advento do termo final do Contrato, todos os bens e instalações vinculados a Usina Hidrelétrica passarão a integrar o patrimônio da União, mediante indenização dos investimentos realizados e ainda não amortizados, desde que autorizados pela ANEEL, e apurados em auditoria da mesma.

A Companhia é titular exclusiva dos ativos que compõem a UHE Lajeado, mas não é titular exclusiva do Contrato de Concessão. A concessão da UHE Lajeado é compartilhada entre CEB Lajeado S.A. titular de 19,80%, Lajeado Energia S.A. titular de 72,27%, Paulista Lajeado Energia S.A. titular de 6,93% e a Investco titular de 1%. Portanto, as referidas empresas, em conjunto com a Investco, são as concessionárias da UHE Lajeado.

A energia elétrica gerada pela UHE Lajeado é utilizada e comercializada, na condição de "Produtor Independente", nos termos do Contrato de Concessão, pelas citadas concessionárias, na proporção da participação delas no Contrato de Concessão.

Foi celebrado contrato de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as concessionárias da UHE Lajeado (Nota 5), nos termos do qual o arrendamento é proporcional à participação das concessionárias no Contrato de Concessão. Assim, além da receita auferida pela comercialização da energia elétrica na proporção de sua participação no Contrato de Concessão, a Companhia tem como fonte de receita o próprio arrendamento dos ativos da UHE Lajeado.

Uso do bem público

Como pagamento pelo uso do bem público objeto deste Contrato, a Companhia recolherá à União, a partir da entrada em operação da primeira unidade geradora e enquanto estiver na exploração do Aproveitamento Hidrelétrico, valores anuais, em parcelas mensais, correspondente a 1/12 (um doze avos) do valor de R\$1.351, corrigidos anualmente pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado - IGP-M. A falta de pagamento de seis parcelas mensais consecutivas implicará, a juízo da ANEEL, a caducidade da concessão.

Pesquisa e Desenvolvimento - P&D

A Companhia aplicará, anualmente, o montante de, no mínimo, um por cento (1%) de sua receita operacional líquida em pesquisa e desenvolvimento no setor elétrico, nos termos da Lei nº 9.991, de 24 de julho de 2000, e na forma em que dispuser a regulamentação específica sobre a matéria.

2 Base de preparação e práticas contábeis

2.1 Base de preparação

2.1.1 Declaração de conformidade

As informações contábeis intermediárias da Companhia estão preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, em observância às disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, e incorporam as mudanças introduzidas pelas Leis 11.638/07 e 11.941/09, complementadas pelos novos pronunciamentos, interpretações e orientações do Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, aprovados por Resoluções do Conselho Federal de Contabilidade - CFC e deliberações da Comissão de Valores Mobiliários - CVM e estão em conformidade com as *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidos pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e legislação específica emanada pela ANEEL, quando esta não for conflitante com as práticas contábeis adotadas no Brasil e/ou com as práticas contábeis internacionais.

A Administração da Companhia autorizou a conclusão das informações contábeis intermediárias em 19 de julho de 2012.

2.1.2 Base de mensuração

As informações contábeis intermediárias foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

2.1.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

As informações contábeis intermediárias são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

2.2 Resumo das principais práticas contábeis

As práticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistentes com as adotadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011, publicadas em 8 de março de 2012.

a) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3)

Caixa e equivalentes de caixa incluem o caixa, os depósitos bancários e os investimentos de curto prazo com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, com baixo risco de variação no valor de mercado, sendo demonstrados pelo valor justo que equivale ao custo acrescido de juros auferidos até a data do balanço, com liquidez imediata.

b) Concessionárias (Nota 4)

Refere-se à venda de energia conforme contrato bilateral de compra e venda de energia elétrica e negociação de venda na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE.

c) Rendas a receber (Nota 5)

Incluem os valores de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado com as demais concessionárias da UHE Lajeado, contabilizados de acordo com o regime de competência.

d) Estoques (Nota 9)

Os materiais utilizados na operação e manutenção da prestação dos serviços são registrados ao custo médio de aquisição, não excedendo ao valor de mercado.

e) Imobilizado (Nota 11)

São contabilizados pelo custo de aquisição acrescidos de impostos não recuperáveis sobre a compra, quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo no local e condição necessárias para o funcionamento conforme pretendido pela Administração, e deduzidos da depreciação acumulada. Também fazem parte do custo do imobilizado os juros relativos aos empréstimos e financiamentos obtidos de terceiros, capitalizados durante a sua fase de construção, deduzidos das receitas financeiras dos recursos de terceiros não aplicados, quando aplicável.

A base para o cálculo da depreciação é o valor depreciável (custo menos valor residual) do ativo. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear de acordo com a vida útil estimada de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. Atualmente as taxas de depreciação estabelecidas pela ANEEL para os ativos de usinas hidrelétricas (tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE aprovadas pela Resolução Normativa nº 367/2009) refletem a vida útil dos ativos e são as utilizadas pela Companhia para a depreciação dos seus ativos imobilizados.

O valor residual é o saldo remanescente do ativo ao final da concessão, pois, conforme estabelecido em contrato assinado entre a Companhia e a União, ao final da concessão os ativos serão revertidos para a União que, por sua vez, indenizará a Companhia pelo ativos ainda não totalmente depreciados.

Os métodos de depreciação e valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

f) Ativos de infraestrutura vinculados à concessão

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto nº 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os ativos de infraestrutura utilizados na geração, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador.

A Resolução ANEEL nº 20, de 3 de fevereiro de 1999, regulamenta a desvinculação de bens das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à concessão, quando destinados à alienação, determinando que o produto da alienação seja depositado em conta bancária vinculada, para aplicação na concessão.

g) Ativo intangível (Nota 12)

Os ativos intangíveis compreendem os gastos na implementação de *softwares*, desenvolvimento de projetos e o direito de concessão - uso do bem público. Os seguintes critérios são aplicados:

- *Softwares*: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização.
- Desenvolvimento de projetos: são reconhecidos como ativos a partir da fase de desenvolvimento desde que cumpram com os requisitos definidos no CPC 04 (R1).
- Direito de concessão - uso do bem público: refere-se ao direito de exploração do aproveitamento hidrelétrico e sistema de transmissão associado à UHE. É constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, e amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Amortização é calculada sobre o valor do ativo, sendo esta reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de ativos intangíveis, a partir da data em que estes estão disponíveis para uso, já que esse método é o que melhor reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

h) Licenças Ambientais (Notas 11 e 18)

As licenças prévias e de instalação, obtidas na fase do planejamento e instalação do empreendimento, consecutivamente, são reconhecidas como custo da usina, mais especificamente como custo das barragens, conforme manual de contabilidade da ANEEL e depreciadas pela vida útil dessas barragens. Já as licenças de operação, obtidas após a entrada em operação dos empreendimentos, caso os custos ambientais associados à obtenção dessas licenças sejam pagos antes da obtenção efetiva da licença, o valor desembolsado é registrado como ativo intangível - licenças de operação e amortizado pelo prazo da vigência da licença. Se a licença for obtida antes dos desembolsos, no momento inicial da vigência da licença o custo estimado desses desembolsos é provisionado e é registrado um ativo intangível – licenças de operação e amortizado pelo prazo de vigência da licença.

i) Redução ao valor recuperável

Ativo financeiro

São avaliados ao final de cada exercício quanto a sua recuperabilidade. São considerados ativos não recuperáveis quando há evidências de que um ou mais eventos tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que eventualmente tenha resultado em efeitos negativos no fluxo estimado de caixa futuro do investimento.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Ativo não financeiro

A Administração da Companhia revisa anualmente o valor contábil líquido do imobilizado e ativos intangíveis, para identificar se houve evidências de perdas não recuperáveis ou que ocorreram eventos ou alterações nas circunstâncias que indicassem que o valor contábil pode não ser recuperável.

Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável.

Os ativos intangíveis com vida útil indefinida têm a recuperação do seu valor testada anualmente, independentemente de haver indicadores de perda de valor, quando aplicável.

j) Demais ativos circulante e não circulante

São demonstrados aos valores de custo ou realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos auferidos até a data do balanço.

k) Fornecedores (Nota 13)

Inclui, principalmente, os saldos a pagar aos fornecedores de materiais, serviços, de energia elétrica e de encargos de uso da rede elétrica.

l) Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas (Nota 14)

Os empréstimos, financiamentos e as debêntures são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

m) Provisões (Nota 18)

São reconhecidas no balanço em decorrência de um evento passado, quando é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação e que possa ser estimada de maneira confiável. As provisões são registradas com base nas melhores estimativas do risco envolvido.

n) Demais passivos circulante e não circulante

São demonstrados pelos valores conhecidos ou exigíveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e cambiais incorridos até a data do balanço.

o) Imposto de renda e contribuição social (Notas 6, 7 e 25)

O imposto de renda registrado no resultado é calculado com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), às alíquotas aplicáveis segundo a legislação vigente - 15%, acrescida de 10% sobre o resultado tributável que exceder R\$240 anuais. A contribuição social registrada no resultado é calculada com base nos resultados tributáveis (lucro ajustado), através da aplicação da alíquota de 9%.

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos foram calculados, a partir de diferenças temporárias, considerando as alíquotas vigentes dos citados tributos, de acordo com as disposições da Deliberação CVM nº 273, de 20 de agosto de 1998 e Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros fundamentada em estudo técnico de viabilidade.

As despesas com Imposto de Renda e Contribuição Social compreendem os impostos correntes e diferidos, os mesmos são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a itens diretamente reconhecidos no Patrimônio líquido ou em Outros resultados abrangentes.

A Companhia para fins de apuração do lucro tributável e seus efeitos sobre as demonstrações financeiras, considerou a adoção do Regime Tributário de Transição - RTT, conforme determinado na MP nº 449/08 (convertida na Lei nº 11.941/09).

p) Benefícios pós-emprego (Nota 19)

A Companhia possui planos de benefícios a empregados dos tipos Contribuição definida e Benefício definido. A descrição dos principais planos de benefícios concedidos aos empregados estão descritas na nota de Benefício Pós-emprego.

Os valores são registrados de acordo com os termos da Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009. Os custos e o passivo atuarial dos planos do tipo Benefício definido são determinados anualmente com base em avaliação realizada por atuários independentes segundo o Método do Critério Unitário Projetado, sendo a última efetuada para a data-base 30 de junho de 2012.

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de Benefício definido são reconhecidos no período em que ocorrem diretamente no Patrimônio líquido na rubrica Outros resultados abrangentes.

As obrigações dos planos do tipo Contribuição definida são reconhecidas como despesa de pessoal no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

q) Uso do Bem Público (Nota 16)

É um instrumento financeiro reconhecido inicialmente ao valor presente calculado pela taxa implícita do projeto, e atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço.

r) Capital social (Nota 20)

Ações ordinárias são classificadas como Capital social, sendo reconhecidos como dedução ao Patrimônio líquido quaisquer custos atribuíveis à emissão de ações e opções de ações, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Ações preferenciais são classificadas como Patrimônio líquido caso não sejam resgatáveis ou somente resgatáveis por opção da Companhia. Não dão direito a voto, possuindo preferência na liquidação da sua parcela do Capital social.

s) Dividendos (Nota 21)

A distribuição de dividendos e juros sobre capital próprio é reconhecida como um passivo nas demonstrações financeiras da Companhia ao final do exercício, com base em seu estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório somente é reconhecido na data em que são aprovados em Assembleia Geral. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

t) Apuração do resultado

O resultado é apurado em conformidade com o regime de competência.

A receita é reconhecida no resultado quando todos os riscos e benefícios inerentes são transferidos para o comprador. A receita de arrendamento dos ativos da UHE Lajeado e de suprimento de energia é reconhecida no resultado em função da sua realização. Uma receita não é reconhecida se há uma incerteza significativa na sua realização.

O faturamento do contrato de arrendamento dos ativos e o de suprimento de energia elétrica para todas as concessionárias é efetuado mensalmente.

As receitas financeiras abrangem receitas de juros auferidos em aplicações financeiras, ganhos nos instrumentos de *hedge*, quando aplicável, acréscimos moratórios incidentes sobre a energia vendida, que são reconhecidos no resultado.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros, variações monetárias, empréstimos e financiamentos, ajustes a valor presente, que estão reconhecidos no resultado.

u) Uso de estimativas e julgamentos

Na elaboração das informações contábeis intermediárias, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e práticas contábeis internacionais, é requerido que a Administração da Companhia se baseie em estimativas para o registro de certas transações que afetam os ativos, passivos, receitas e despesas.

Os resultados finais dessas transações e informações, quando de sua efetiva realização em períodos subsequentes, podem diferir dessas estimativas, devido a imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa as estimativas e premissas pelo menos trimestralmente, exceto quanto ao plano de Benefícios pós-emprego, que é revista semestralmente.

As principais estimativas relacionadas às informações contábeis intermediárias referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de: Provisão para créditos de liquidação duvidosa; Transações realizadas no âmbito da CCEE; Recuperação do imposto de renda e contribuição social diferidos sobre diferenças temporárias; Recuperação dos ativos (*impairment*); Mensuração de instrumentos financeiros; Provisões fiscais, cíveis e trabalhistas; e Provisões necessárias para custos relacionados a licenças ambientais e plano de Benefícios pós-emprego.

v) Instrumentos financeiros (Nota 27)

Instrumentos financeiros são quaisquer transações que dão origem a um ativo ou passivo financeiro ou, ainda, instrumento de patrimônio de outra Companhia. Estes instrumentos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido ou deduzido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Posteriormente ao reconhecimento inicial, são mensurados conforme descrito abaixo:

• Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado

Um instrumento é classificado pelo valor justo por meio do resultado se for mantido para negociação, ou seja, designado como tal quando do reconhecimento inicial. Os instrumentos financeiros são registrados pelo valor justo através do resultado se a Companhia gerencia esses investimentos e toma as decisões de compra e venda com base em seu valor justo de acordo com a estratégia de investimento e gerenciamento de risco documentado por ela. Após reconhecimento inicial, custos de transação atribuíveis são reconhecidos nos resultados quando incorridos.

• Empréstimos e recebíveis

São designados para essa categoria somente os ativos não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados em um mercado ativo, reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custo de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo método do custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

w) Contratos de arrendamento

Os arrendamentos nos quais uma parcela significativa dos riscos e benefícios da propriedade é retida pelo arrendador são classificados como arrendamentos operacionais. Os pagamentos efetuados para arrendamentos operacionais (líquidos de quaisquer incentivos recebidos do arrendador) são debitados à demonstração do resultado pelo método linear, durante o período do arrendamento.

x) Demonstrações do Valor Adicionado

A Companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado - DVA nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras, conforme práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

y) Lucro por ação (Nota 26)

O lucro básico por ação é calculado utilizando o resultado do período atribuível aos acionistas da Companhia e a média ponderada das ações ordinárias em circulação no respectivo exercício. O lucro por ação diluído é calculado pelos mesmos indicadores, sendo a média das ações em circulação ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluidor, conforme CPC 41 - Resultado por Ação, aprovado pela Deliberação CVM n.º 636, de 6 de agosto de 2010. Não existe diferença entre o lucro básico por ação e o lucro diluído.

2.3 Novas IFRS e interpretações do IFRIC (Comitê de Interpretação de Informação Financeira do IASB)

Algumas normas e emendas das normas e interpretações emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor para o período findo em 30 de junho de 2012, portanto não foram aplicadas na preparação dessas informações contábeis intermediárias.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correspondentes às IFRS novas e revisadas e à IFRIC apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso do CPC e da CVM de manter atualizado o conjunto de normas emitido com base nas atualizações feitas pelo IASB, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pela CVM até a data de sua aplicação obrigatória.

A Companhia ainda não concluiu quanto aos efeitos da adoção dessas normas, porém a Administração da Companhia não prevê que a adoção destes novos pronunciamentos e interpretações terá um impacto material nas informações contábeis intermediárias da Companhia no período de aplicação inicial, nem pretende fazer uma adoção antecipada dessas normas ou interpretações.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Normas e Interpretações aplicáveis a Companhia ainda não vigentes

IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis

As alterações a esta norma visam melhorar a forma de apresentação dos componentes dos outros resultados abrangentes. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de julho de 2012.

IAS 19 - Benefícios a empregados

As alterações a esta norma irão melhorar as condições de reconhecimento e divulgação dos planos de benefícios definidos. As novas exigências passam a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida, uma vez que ganhos e perdas atuariais passarão a ser imediatamente reconhecidos em Outros resultados abrangentes.

IAS 32 - Compensação de ativos e passivos financeiros

Em dezembro de 2011, o IASB publicou emendas ao IAS 32 Instrumentos Financeiros - Apresentação para esclarecer a aplicação dos requisitos de compensação. Estas alterações entram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2014, com aplicação antecipada permitida.

IFRS 9 - Instrumentos financeiros – classificação e mensuração

Esta norma encerra a primeira parte do projeto de substituição da IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Utiliza uma abordagem simples para determinar se um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado ou valor justo, consubstanciado na forma como uma entidade administra seus instrumentos financeiros e o fluxo de caixa contratual característico dos ativos financeiros. A norma exige ainda a adoção de apenas um método para determinação de perdas no valor recuperável de ativos. Esta norma passa a vigorar para exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2015.

IFRS 13 - Mensuração ao valor justo

Esta norma agrega em um único *standard* a estrutura para mensuração do valor justo, assim como as divulgações necessárias. Aplica-se quando outras IFRS exigem ou permitem a mensuração ao valor justo. Esta norma não introduz quaisquer novas exigências para mensurar um ativo ou um passivo pelo justo valor, e passa a vigorar para os exercícios sociais iniciados a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

2.4 Reclassificações nos períodos anteriores

2.4.1 Demonstração do Fluxo de Caixa

Para fins de comparabilidade foi feita reclassificação nos valores anteriormente apresentados nas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2011, qual seja o montante de R\$19 na rubrica de Encargos regulamentares e setoriais, inicialmente alocado no fluxo de caixa nas "Atividades operacionais" para "Passivos Operacionais".

3 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2012	31/12/2011
Bancos conta movimento	8.098	3.314
Aplicações financeiras - renda fixa	32.213	
Total	40.311	3.314

As aplicações financeiras de curto prazo, de alta liquidez, são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. A Companhia possui opção de resgate antecipado dos referidos títulos, sem penalidades ou perda de rentabilidade.

Essas aplicações financeiras referem-se, substancialmente, a Certificados de Depósitos Bancários e Debêntures, remunerados a taxas que variam entre 98,0% e 101,0% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI.

O cálculo do valor justo das aplicações financeiras é baseado nas cotações de mercado do papel ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de papéis similares.

A exposição da Companhia a riscos de taxas de juros e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

4 Concessionárias

	Saldos vencidos	PCLD	Saldo líquido em 30/06/2012	Saldo líquido em 31/12/2011
Circulante				
Concessionárias				
Suprimento de energia elétrica	461		461	460
Energia de curto prazo	60		60	63
Encargos de uso da rede elétrica	58		58	59
	579	-	579	582
Total Circulante	579	-	579	582
Não circulante				
Concessionárias				
Energia de curto prazo	29	(29)	-	-
	29	(29)	-	-
Total Não Circulante	29	(29)	-	-

O saldo do circulante em 30 de junho de 2012 é composto por valores a vencer, para os quais não são esperadas perdas na sua realização.

A exposição da Companhia a riscos de crédito e uma análise de sensibilidade para ativos e passivos financeiros são divulgadas na nota 27.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

5 Rendas a receber

O saldo de R\$22.779 em 30 de junho de 2012 (R\$16.870 em 31 de dezembro de 2011), refere-se ao instrumento particular de contrato de arrendamento celebrado em 21 de julho de 2001, no qual a Companhia arrendou às demais concessionárias da UHE Lajeado, sendo Lajeado Energia, Paulista Lajeado Energia e CEB Lajeado, frações ideais dos ativos existentes ou a serem adquiridos pela Companhia, no mesmo percentual de suas participações no Contrato de Concessão (Notas 1 e 8).

O contrato de arrendamento foi aditado no ano de 2009, objetivando assegurar à Companhia receita suficiente para garantir o seu funcionamento nas melhores condições até o final da concessão. A remuneração implícita neste contrato é de 8,83% a.a. sobre 99% do ativo imobilizado líquido, atualizado pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA medido pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 99% do valor da depreciação do mesmo período.

Quando da revisão do referido contrato de arrendamento foi publicado fato relevante, em 23 de junho de 2009, para informar ao mercado que a eficácia da revisão encontrava-se condicionada à aprovação da ANEEL. No entanto, a ANEEL, por meio do Ofício nº 6/2010, da Superintendência de Fiscalização Financeira – SFF, datado de 29 de janeiro de 2010, manifestou que a referida operação não exigia prévia anuência daquela agência nas circunstâncias apresentadas.

6 Impostos e contribuições sociais

Ativo - Compensáveis

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Atualização monetária	Adiantamen- tos / Pagamen-tos	Transferên- cia	Saldo em 31/06/2012
Imposto de renda e contribuição social	22.074	6	12	12.732	(21.755)	13.069
PIS e COFINS	101	1.340			(1.350)	91
IRRF sobre aplicações financeiras	285			25	(285)	25
Outros	8					8
Total	22.468	1.346	12	12.757	(23.390)	13.193
Circulante	22.468					13.193
Total	22.468					13.193

Passivo - a recolher

	Saldo em 31/12/2011	Adição	Adiantamen- tos / Pagamen-tos	Transferên- cia	Saldo em 30/06/2012
Imposto de renda e contribuição social	34.834	29.839	(12.794)	(22.040)	29.839
ICMS sobre diferencial de alíquota	57	30	(86)		1
PIS e COFINS	1.706	13.144	(11.342)	(1.350)	2.158
ISS	61	117	(169)	11	20
PIS, COFINS e CSLL - Sobre serviços prestados por terceiros	30	195	(222)		3
IRRF retido na fonte sobre serviços prestados por terceiros	18	50	(57)		11
IRRF sobre juros s/ capital próprio	2.600		(2.600)		
Outros	255	1.413	(1.342)	(11)	315
Total	39.561	44.788	(28.612)	(23.390)	32.347
Circulante	39.561				32.347
Total	39.561				32.347

IRRF - juros sobre capital próprio

Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte, alíquota de 15%, incidente sobre os valores propostos no exercício de 2011 aos acionistas a título de Juros sobre o Capital Próprio, com retenção de R\$2.600, conforme legislação (Nota 20.2) liquidado em janeiro de 2012.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

7 Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os créditos fiscais a seguir detalhados, incidentes sobre os valores que constituem diferenças temporárias, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade da Companhia e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos períodos, no prazo máximo de 10 anos.

7.1 Composição e base de cálculo

Natureza dos créditos	Base de cálculo	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho						
		30/06/2012			31/12/2011		2012	
		IRPJ	CSLL	Total	Total	IRPJ/CSLL	IRPJ/CSLL	
Diferenças Temporárias								
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	29	7	3	10	5	6	5	
Benefício pós-emprego	345	86	31	117	89	28	91	
Provisão para riscos tributários, cíveis e trabalhistas	2.935	734	264	998	846	152	709	
Total diferenças temporárias		827	298	1.125	940	186	805	
Diferenças Temporárias - RTT								
Licenças Ambientais - CPC 25	(3.194)	(799)	(287)	(1.086)	(367)	(719)	595	
Uso do Bem Público - CPC 25	28.150	7.038	2.534	9.572	9.465	107	7.919	
Instrumentos financeiros - CPC 38	(3.997)	(999)	(361)	(1.360)	(1.898)	538	(6.251)	
Total diferenças temporárias - RTT		5.240	1.886	7.126	7.200	(74)	2.263	
Total Ativos Diferidos		6.067	2.184	8.251	8.140	112	3.068	

A mutação no Imposto de renda e contribuição social diferidos foi registrada em contrapartida a crédito do resultado do período em R\$ 112.

Para atendimento à Instrução CVM nº 371/02, a Administração elaborou, em 31 de dezembro de 2011, estudo técnico da projeção de resultados tributáveis futuros, inclusive considerando seus descontos a valor presente, demonstrando a capacidade de realização desses créditos fiscais diferidos nos períodos indicados, a qual foi aprovada pelo Conselho de Administração em 24 de fevereiro de 2012. Com base no estudo a Companhia estima recuperar os créditos fiscais diferidos nos seguintes exercícios:

2012	2013	2014	2015	2016	2017 a 2019	2020 a 2021	Total
1.449	324	324	324	324	972	4.534	8.251

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8 Partes relacionadas

Além dos valores de dividendos a pagar para suas controladoras, apresentados na nota 21, os demais saldos de ativos e passivos, bem como as transações da Companhia com suas controladoras, profissionais chave da administração e outras partes relacionadas, que influenciaram o resultado do período, apresentadas como segue:

Objeto do contrato	Contraparte	Data da transação	Período de duração	Preço praticado R\$/MWh em 30/06/2012	Ativo		Passivo		Receitas (despesas) nos períodos findos em 30 de Junho		
					30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011	2012	2011	
Concessionárias											
Venda de energia elétrica	Bandeirante	1/8/2002	01/08/2002 a 15/12/2032	126,84	113	148			724	638	
	Bandeirante	1/8/2005	01/08/2005 a 15/12/2032	118,04	17	4			92	99	
					130	152	-	-	816	737	
Rendas a receber											
	Lajeado Energia	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		16.628	12.045			90.543	71.029	
Arrendamento UHE Lajeado	CEB Lajeado	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		4.556	3.574			24.806	19.460	
	Paulista Lajeado	15/1/1998	15/01/1998 a 15/01/2033		1.595	1.251			8.682	6.811	
					22.779	16.870	-	-	124.031	97.300	
Partes relacionadas											
Compartilhamento de gastos com gestores corporativos, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.359/11	EDP Energias do Brasil	1/1/2011	01/01/2011 a 07/12/2011					87		(446)	
Compartilhamento de gastos com locação de imóvel, condominiais, telecomunicação, aprovados pela ANEEL através do despacho nº 1.598/11	EDP Energias do Brasil	1/1/2011	01/01/2011 a 31/12/2014				10	8	(61)	(40)	
Prestação de serviços de consultoria ambiental	Energest	1/12/2011	29/09/2011 a 28/09/2014					15	38	(98)	(77)
Contratos de mútuo - 100% do CDI	EDP Energias do Brasil	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012					5.772	5.518	(253)	(322)
	Lajeado Energia	10/12/2009	10/12/2009 a 08/11/2012					51.493	49.233	(2.260)	(2.524)
					-	-		57.290	54.884	(2.672)	(3.409)
				Total	22.909	17.022	57.290	54.884	122.175	94.628	

A partir de 1º de janeiro de 2011, a EDP – Energias do Brasil S.A., controladora da Companhia, é responsável pela contratação dos gastos que são objeto dos contratos de compartilhamento, assim como, na controladora são alocados os gastos dos gestores corporativos. Os contratos de compartilhamento de gastos entre as partes relacionadas são divididos em dois tipos:

a) Contrato anuído pelo Despacho ANEEL nº 1.359/2011, com vigência até 7 de dezembro de 2011, que trata da distribuição dos gastos de salários e encargos dos gestores corporativos e colaboradores da Holding que formulam políticas e diretrizes a serem seguidas pelas empresas do grupo econômico e a apropriação é efetuada em função das atividades realizadas para cada contraparte através do *timesheet*.

A solicitação de aprovação do 3º Termo Aditivo aos Contratos de Compartilhamento de Atividades e Alocação de gastos, a partir de 7 de dezembro de 2011, não foi anuída pela ANEEL conforme Despacho 174, de 18 de Janeiro de 2012.

Em 22 de maio de 2012, a Resolução Normativa ANEEL nº 489, alterou a Resolução Normativa 334/2008, permitindo que os contratos existentes poderão ser prorrogados, mediante análise prévia da ANEEL, desde que o período da prorrogação seja limitado à data da entrada em vigor da nova Resolução Normativa que disciplinará a contratação entre partes relacionadas.

Em 28 de junho de 2012, através do Despacho nº 2.149, a ANEEL anuiu às minutas dos 2º e 3º Termos Aditivos ao Contrato de Compartilhamento de Atividades e Alocação de Gastos, a serem firmados entre a Companhia e sua controladora, para compartilhamento de gestores corporativos, como pleiteado no documento nº 48513.039848/2011-00, com vigência até o marco temporal estabelecido pelo novo parágrafo único do art. 27 da Resolução Normativa nº 334/2008, alterada pela Resolução Normativa nº 489/2012.

b) O contrato de compartilhamento de infraestrutura anuído pelo Despacho ANEEL nº 1598/2011, com vigência de 48 meses a partir de 1º de janeiro de 2011, trata a distribuição dos gastos com locação de imóveis, gastos condominiais, e gastos com telecomunicação em função da metragem ocupada por cada contraparte no local objeto do negócio.

As operações realizadas com as contrapartes informadas como compartilhamento de gastos e infraestrutura com partes relacionadas, aconteceram no curso normal dos negócios, sem acréscimo de qualquer margem de lucro.

As garantias concedidas e os avais recebidos do acionista estão descritos na nota de Garantias (Nota 29.2)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2012
 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

8.1 Controladora direta e Controladora final

A controladora direta da Companhia é a Lajeado Energia S.A. e a controladora final é a EDP Energias do Brasil S.A.

8.2 Relacionamento da Companhia com cada contraparte

As contrapartes da Companhia estão sob controle comum, exceto pela EDP Energias do Brasil S.A. que é sua Controladora final e as companhias que compõem o Consórcio Lajeado: Lajeado Energia S.A, sua controladora direta, CEB Lajeado S.A e Paulista Lajeado Energia S.A, acionistas não controladores.

8.3 Remuneração dos administradores

8.3.1 Política ou prática de remuneração do Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal

(l) - Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao 1º Semestre de 2012

Remuneração Fixa de 100% para o Conselho de Administração, Diretoria e Conselho Fiscal.

8.3.2 Remuneração total do Conselho de Administração, da Diretoria Estatutária e do Conselho Fiscal pagos pela Companhia no 1º semestre de 2012 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal	Total
Número de membros	1 (*)	2 (**)	5 (***)	8
Remuneração fixa	38.002	140.782	54.000	232.784
Salário ou pró-labore	31.668	117.318	45.000	193.986
Encargos sociais	6.334	23.464	9.000	38.798
Valor Total da remuneração, por órgão	38.002	140.782	54.000	232.784

(n/a) = Não Aplicável

(*) Das 3 posições do Conselho de Administração, apenas 1 membro é remunerado. A remuneração anual global dos membros do conselho de administração é até R\$76.003,20 para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 abril de 2012.

(**) Das 7 posições da Diretoria Estatutária, apenas 2 membros são remunerados. A remuneração anual global da Diretoria é até R\$ 291.516,46, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 abril de 2012.

(***) Das 5 posições do Conselho Fiscal, todos os membros são remunerados. A remuneração anual global dos membros do conselho fiscal é até R\$108.000, para o período de abril de 2012 a março de 2013, conforme aprovado em Assembleia Geral Ordinária de 12 abril de 2012.

(i) Foram considerados os benefícios de Seguro Saúde, Assistência Odontológica, Farmácia e Previdência Privada.

8.3.3 Remuneração individual máxima, mínima e média do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal referente ao 1º semestre de 2012 (em R\$)

	Conselho de Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros	1	2	5
Valor da maior remuneração individual	38.002	97.582	10.800
Valor da menor remuneração individual	38.002	43.200	10.800
Valor médio de remuneração individual	38.002	70.391	10.800

9 Estoques

O valor de R\$3.639, refere-se a itens de peças e materiais de manutenção inventariados e valorizados a valor de mercado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

10 Cauções e depósitos vinculados

	Nota	Não circulante	
		30/06/2012	31/12/2011
Depósitos judiciais	18	1.240	1.193
Total		1.240	1.193

11 Imobilizado

	30/06/2012				31/12/2011			
	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de depreciação %	Custo histórico	Depreciação acumulada	Valor líquido
Terrenos		114.518		114.518		114.518		114.518
Reservatórios, barragens e adutoras	2,00	688.035	(132.289)	555.746	2,00	688.035	(125.435)	562.600
Edificações, obras civis e benfeitorias	3,25	340.614	(81.862)	258.752	3,75	340.614	(77.998)	262.616
Máquinas e equipamentos	5,07	440.373	(122.583)	317.790	6,90	440.520	(115.940)	324.580
Veículos	14,29	902	(877)	25	20,00	903	(851)	52
Móveis e utensílios	11,46	1		1	10,00	1		1
		1.584.443	(337.611)	1.246.832		1.584.591	(320.224)	1.264.367
Transmissão								
Máquinas e equipamentos	3,66	33.773	(8.815)	24.958	3,50	33.774	(8.202)	25.572
		33.773	(8.815)	24.958		33.774	(8.202)	25.572
Administração								
Máquinas e equipamentos	13,70	1.362	(959)	403	9,98	1.362	(887)	475
Veículos	14,29	576	(183)	393	20,00	659	(150)	509
Móveis e utensílios	6,29	539	(320)	219	10,00	539	(305)	234
		2.477	(1.462)	1.015		2.560	(1.342)	1.218
Total do Imobilizado em serviço		1.620.693	(347.888)	1.272.805		1.620.925	(329.768)	1.291.157
Geração (*)								
Depósitos Judiciais (Nota 18.1.1.2)		14.209		14.209		14.209		14.209
Outros		11.336		11.336		11.732		11.732
Total do Imobilizado em curso		25.545	-	25.545		25.941	-	25.941
Total do Imobilizado		1.646.238	(347.888)	1.298.350		1.646.866	(329.768)	1.317.098

De acordo com a Resolução Normativa Nº 474, de 7 de fevereiro de 2012, emitida pela ANEEL - AGÊNCIA NACIONAL DE ENERGIA ELÉTRICA, novas taxas anuais de depreciação para os ativos em serviço foram estabelecidas, a partir de 1º de Janeiro de 2012, alterando as tabelas I e XVI do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE, aprovado pela Resolução Normativa n. 367, de 2 de junho de 2009.

A movimentação do imobilizado no período é a seguinte:

	Valor líquido		Transferên- cia para imobilizado em serviço	Depreciação	Baixas	Valor líquido	
	31/12/2011	Aquisições				30/06/2012	
Imobilizado em serviço							
Terrenos	114.518					114.518	
Reservatórios, barragens e adutoras	562.600			(6.854)		555.746	
Edificações, obras civis e benfeitorias	262.616			(3.864)		258.752	
Máquinas e equipamentos	350.627		33	(7.384)	(125)	343.151	
Veículos	561			(71)	(72)	418	
Móveis e utensílios	235			(15)		220	
Total do imobilizado em serviço	1.291.157	-	33	(18.188)	(197)	1.272.805	
Imobilizado em curso							
Depósitos judiciais	14.209					14.209	
Outros	11.732	(362)	(33)		(1)	11.336	
Total do Imobilizado em curso	25.941	(362)	(33)	-	(1)	25.545	
	1.317.098	(362)	-	(18.188)	(198)	1.298.350	

Para o período findo em 30 de junho de 2012 não houve indicação, seja através de fontes externas de informação ou fontes internas, de que algum ativo tenha sofrido desvalorização. Dessa forma, o valor contábil líquido registrado dos ativos é recuperável.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

12 Intangível

	30/06/2012			31/12/2011				
	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido	Taxas anuais médias de amortização %	Custo histórico	Amortização acumulada	Valor líquido
Geração								
Software	20,00	899	(707)	192	20,00	899	(617)	282
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	2,92	20.137	(6.856)	13.281	2,92	20.138	(6.533)	13.605
		21.036	(7.563)	13.473		21.037	(7.150)	13.887
Transmissão								
Servidão permanente		111	-	111		111	-	111
		111	-	111		111	-	111
Administração								
Software	20,00	415	(149)	266	20,00	414	(107)	307
		415	(149)	266		414	(107)	307
Total do Intangível em Serviço		21.562	(7.712)	13.850		21.562	(7.257)	14.305
Intangível em curso								
Geração		12.632	-	12.632		12.461	-	12.461
Administração		-	-	-		96	-	96
Total do Intangível em Curso		12.632	-	12.632		12.557	-	12.557
Total do Intangível		34.194	(7.712)	26.482		34.119	(7.257)	26.862

A movimentação do intangível no período é a seguinte:

Nota	Valor líquido 31/12/2011		Valor líquido 30/06/2012	
	Ingressos	Amortização	Ingressos	Amortização
Intangível em serviço				
Software	589	(131)	458	
Servidão permanente	111	-	111	
Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP	16 13.605	(324)	13.281	
Intangível em curso	12.557	75	12.632	
Total do Intangível	26.862	(455)	26.482	

Software são licenças de direito de propriedade intelectual, constituídos por aquisições das licenças e demais gastos com serviços complementares à utilização do *software*, com vida útil definida, amortizado à taxa de 20% a.a., calculado pelo método linear.

Direito de concessão - Utilização do Bem Público - UBP é constituído pelo valor justo total do direito relacionado com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão e está sendo amortizado pelo prazo do contrato de concessão.

Do montante de R\$12.632, relativo ao Intangível em curso, R\$12.450 refere-se a gastos com desenvolvimento, engenharia, geologia, topografia, hidrologia, meio ambiente do projeto de viabilidade da UHE – Tupirantins. Este projeto está incluído no plano estratégico da Bacia Hidrográfica dos Rios Tocantins-Araguaia, cujo registro encontra-se ativo junto à ANEEL.

13 Fornecedores

	Circulante	
	30/6/2012	31/12/2011
Encargos de uso da rede elétrica	149	145
Materiais e serviços	1.094	3.075
Total	1.243	3.220

Notas Explicativas

**Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)**

14 Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas
14.1 Composição do saldo de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Moeda estrangeira	Valor contratado	Data da contratação	Valor liberado	Vigência do contrato	Utilização	Custo da dívida	Forma de pagamento	30/6/2012		31/12/2011	
								Encargos	Total	Encargos	Total
								Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Ações recebíveis cumulativa						3,0% a.a.	Dividendos anuais	9.991	76.695	4.012	75.113
				20/12/2011 ^a	Ajuste a valor presente das ações preferenciais A, B e C conforme item 19 do CPC 39						
Banco do Brasil - Cédula de Crédito Bancário	10.000	20/12/2011	10.000	20/03/2012	Capital de Giro.	106% do CDI	Principal e juros em parcela única no final			36	10.036
				15/01/2001							
BNDES e outros bancos	300.000	21/09/2000	300.000	15/10/2012	Implantação da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães - Lajeado.	4,00% a.a. acima da TULP	Principal e juros mensal	76	76.695	185	46.941
Total								76	76.695	221	136.102
Total								76	76.695	221	136.102

A forma de realização das dívidas é ao custo e do resultado de Swap é ao mercado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

14.2 Vencimento dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Vencimento	Tipo de Moeda
	Nacional
Circulante	
2012	29.216
	29.216
Não circulante	
2013	4.720
2014	4.342
2015	3.995
2016	3.675
2017	3.381
2018 até 2022	13.253
2023 até 2027	8.734
2028 até 2032	34.595
	76.695
Total	105.911

14.3 A mutação dos Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas no período é a seguinte:

	Valor total em 31/12/2011	Pagamentos de principal	Pagamentos de juros	Juros provisiona-dos	Ajuste a valor presente	Valor total em 30/06/2012
Circulante						
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	60.989	(37.607)	(1.946)	7.780	-	29.216
	60.989	(37.607)	(1.946)	7.780	-	29.216
Não circulante						
Empréstimos e financiamentos	75.113	-	-	-	1.582	76.695
	75.113	-	-	-	1.582	76.695

15 Encargos regulamentares e setoriais

	Nota	Saldo em 31/12/2011	Adições	Atualização Monetária	Pagamentos	Baixa	Saldo em 30/06/2012
Compensação financeira pela utilização de recursos hídricos		48	149		(165)		32
Pesquisa e desenvolvimento - P&D	15.1	149	32	3	(19)	(23)	142
Taxa de fiscalização - ANEEL		2	9		(10)		1
Total		199	190	3	(194)	(23)	175
Circulante		158					102
Não circulante		41					73
Total		199					175

15.1 Pesquisa e desenvolvimento - P&D

Os gastos com P&D efetuados pela Companhia são apurados nos termos da legislação setorial dos contratos de concessão de energia elétrica e são regulamentados pela Resolução Normativa ANEEL nº 316, de 13 de maio de 2008. A Companhia tem a obrigação de aplicar 1% da Receita operacional líquida ajustada em conformidade com os critérios definidos pela ANEEL, registrando mensalmente, por competência, o valor do passivo. O passivo é atualizado mensalmente pela variação da taxa SELIC até a conclusão dos projetos de P&D, quando ocorre a sua baixa (Nota 22).

16 Uso do bem público

A Companhia, como retribuição pela outorga a ela concedida para exploração do potencial hidrelétrico da Usina Luís Eduardo Magalhães (UHE Lajeado), paga à União ao longo do prazo da vigência do contrato de concessão, parcelas mensais equivalentes a um doze avos do montante anual definido no contrato, atualizados com base na variação anual do IGP-M, calculado pela Fundação Getúlio Vargas (ou outro índice que vier a substituí-lo).

Em 30 de junho de 2012 todas as parcelas encontram-se segregadas no circulante e não circulante não tendo ocorrido no período pendências de pagamento.

O valor justo total da obrigação relacionada com o Uso do Bem Público até o final do contrato de concessão, foi provisionado e capitalizado em contrapartida do Ativo Intangível (Nota 12) no momento inicial do reconhecimento. A provisão do pagamento do Uso do Bem Público foi reconhecida de acordo com o CPC 25 e para a apuração do valor justo, foi considerado o CPC38.

Segue abaixo movimentação do período:

	Circulante	Não circulante
Principal		
Saldo em 31 de dezembro de 2011	3.634	37.814
Ajuste a valor presente	(2)	653
Encargos e atualizações monetárias	79	1.236
Amortizações	(1.984)	
Transferência para o circulante	1.714	(1.714)
Saldo em 30 de junho de 2012	3.441	37.989

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias Período findo em 30 de junho de 2012 (Em milhares de reais, exceto quando indicado)

17 Obrigações estimadas com pessoal

	30/06/2012	31/12/2011
Folha de pagamento	1.182	1.263
INSS e FGTS	195	102
Total	1.377	1.365

Na rubrica Folha de pagamento estão contempladas provisões de férias, 13º salário e a provisão para participação nos lucros e resultados do período.

18 Provisões

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Provisões cíveis, fiscais e trabalhistas			6.539	6.094
Licenças ambientais	7.963	8.519	6.943	8.664
Total	7.963	8.519	13.482	14.758

18.1 Provisões Cíveis, fiscais e trabalhistas

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações envolvendo questões trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

18.1.1 Risco de perda provável

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos e na análise das demandas judiciais pendentes, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as perdas estimadas como prováveis para as ações em curso, como segue:

	Instâncias	Saldo em 31/12/2011	Adições	Passivo			Saldo em 31/06/2012	Ativo	
				Baixas				Depósito Judicial (Nota 10)	
				Pagamentos	Reversões	Atualizações Monetárias		30/06/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	2.746	15	(102)	(172)	283	2.770	759	771
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	3.348	318	(177)		280	3.769		
Total		6.094	333	(279)	(172)	563	6.539	759	771
Não circulante		6.094					6.539		
Total		6.094					6.539		

18.1.1.1 Trabalhistas

Referem-se a diversas ações trabalhistas que questionam, entre outros, pagamento de horas extras, adicionais de periculosidade, reintegração, verbas rescisórias e seus reflexos.

18.1.1.2 Cíveis

Indenizações

As ações judiciais de natureza cível - indenizações referem-se, em sua grande maioria, às indenizações pleiteadas por pessoas que se consideram impactadas pelo enchimento do reservatório UHE Lajeado ou que pretendem majorar indenizações recebidas da Companhia por conta do citado enchimento.

Desapropriações

Referem-se a ações judiciais de natureza cível, decorrentes de indenização a título de desapropriação propostas pela Companhia para enchimento do reservatório UHE Lajeado, em que se discute a diferença entre o valor depositado pela Companhia e o valor pretendido pelo expropriado. O saldo dos Depósitos judiciais em 30 de junho de 2012 e em 31 de dezembro de 2011 é de R\$14.209 e estão registrados na rubrica Imobilizado em curso (Nota 11).

18.1.2 Risco de perda possível

Existem processos de naturezas trabalhistas, cíveis e fiscais em andamento, cuja perda foi estimada como possível, periodicamente reavaliados, não requerendo a constituição de provisão nas informações contábeis intermediárias, demonstrados a seguir:

	Instâncias	30/06/2012	31/12/2011	Ativo	
				Depósito Judicial (Nota 10)	
				30/06/2012	31/12/2011
Trabalhistas	1ª, 2ª e 3ª	373	335	319	317
Cíveis	1ª, 2ª, 3ª e Adm	79.642	83.112	38	38
Fiscais	1ª, 2ª, 3ª e Adm	591	778		
Total		80.606	84.225	357	355

As ações de natureza cível, em sua grande maioria, referem-se às ações descritas no item 18.1.1.2 - Indenizações.

18.1.3 Risco de perda remota

Adicionalmente, existem processos de natureza trabalhista e cíveis em andamento, cuja perda foi estimada como remota, o saldo dos depósitos judiciais em 30 de junho de 2012 é de R\$124 (R\$67 em 31 de dezembro de 2011), correspondentes a ações trabalhistas (Nota 10).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

18.2 Licenças Ambientais

O montante de R\$14.906 em 30 de junho de 2012 (R\$17.183 em 31 de dezembro de 2011) refere-se a provisões para custos necessários para atribuição das licenças prévias, de instalação e de operação da UHE Lajeado, relativos às exigências efetuadas pelos órgãos competentes. Estes custos estão associados ao Projeto Básico Ambiental ou são adicionais a este, onde os principais itens são o reflorestamento de áreas, aquisição e regularização de áreas rurais e urbanas, recomposição e melhoria da infraestrutura viária, elétrica e sanitária e a implantação de unidades de conservação. O reconhecimento desses custos ocorre contra a rubrica de Imobilizado, por estarem associados ao Projeto Básico Ambiental sendo, portanto, tratados como custo da usina. O saldo desta provisão é reconhecido pela melhor estimativa e atualizado monetariamente com base no IGP-M.

19 Benefícios pós-emprego

	Circulante		Não circulante	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Assistência médica Lei nº9.656/98	8	8	337	243
Previdência Privada - ENERPREV	1	4		
	<u>9</u>	<u>12</u>	<u>337</u>	<u>243</u>

A Companhia mantém atualmente planos de suplementação de aposentadoria e pensão em favor dos colaboradores e ex-colaboradores e benefício de Assistência médica derivado da Lei nº 9.656/98.

19.1 Planos de suplementação de aposentadoria e pensão: Contribuição definida

A EnerPrev é uma entidade fechada de previdência privada, sem fins lucrativos, que foi constituída no final do exercício de 2006 para administrar de forma centralizada os planos de previdência complementar do Grupo EDP - Energias do Brasil. A EnerPrev administra um plano de benefícios do tipo Contribuição Definida próprio cadastrado no CNPB - Cadastro Nacional dos Planos de Benefícios na Superintendência Nacional de Previdência Complementar - Previc e a Companhia administra um plano PGBL contratado, este através do Bradesco Vida e Previdência S.A., não gerando qualquer responsabilidade atuarial para a Companhia. O plano de custeio é sustentado paritariamente por contribuições da patrocinadora e do participante, conforme regulamento do plano. Na qualidade de Patrocinadora, a Companhia contribuiu no período com R\$19 (R\$6 em 30 de junho de 2011).

Esse plano tem a adesão de 18 colaboradores.

19.2 Assistência médica Lei nº 9.656/98: Benefício Definido

De acordo com a Lei nº 9.656/98, os empregados que pagam contribuição mensal fixa para o plano de assistência médica têm o direito de continuar em um plano semelhante, em caso de desligamento ou aposentadoria, por um tempo determinado conforme previsto na legislação aplicável aos Planos de Assistência à Saúde. O modelo atual da Companhia, assinado em 14 de abril de 2005 com a Unimed, está enquadrado nesta legislação.

Conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009, a contabilização dos passivos oriundos de Benefícios pós-emprego, deve ocorrer com base nas regras estabelecidas no CPC 33. Para atendimento a essa exigência a Companhia contratou atuários independentes, para realização de avaliação atuarial desse benefício, segundo o Método do Critério Unitário Projetado.

A avaliação atuarial realizada na data-base 30 de junho de 2012 demonstrou uma obrigação presente para estes Planos do tipo Benefício Definido, conforme demonstrado a seguir na movimentação do período do passivo de Benefício definido reconhecido no Balanço patrimonial:

Saldo em 31 de dezembro de 2011	251
Despesa líquida reconhecida no período	97
(Ganho)/Perda Atuarial	<u>(3)</u>
Saldo em 30 de junho de 2012	<u>345</u>

Os ganhos e perdas decorrentes das avaliações atuariais são registrados em Outros resultados abrangentes, no Patrimônio líquido, e reconhecidos no período em que ocorrem. O saldo de perda atuarial líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social é de R\$169 em 30 de junho de 2012 (R\$171 em 31 de dezembro de 2011) (Nota 20.3.2).

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias
Período findo em 30 de junho de 2012
(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

20 Patrimônio líquido 20.1 Capital social

A composição do capital social em 30 de junho de 2012 está demonstrada a seguir, não tendo ocorrido variações face a 31 de dezembro de 2011:

Acionistas	30/06/2012										Total	% Participação total
	Em milhares de ações											
	Qtd de ações "ON"	% Participação	Qtd de ações "PNR"	% Participação	Qtd de ações "PNA"	% Participação	Qtd de ações "PNB"	% Participação	Qtd de ações "PNC"	% Participação		
CEB Lajeado S.A.	80.440	20,00	51.112	20,00	980	6,02	1.031	20,00			133.563	16,98
Paulista Lajeado Energia S.A.	28.154	7,00	17.889	7,00	343	2,11	361	7,00			46.747	5,94
EDP - Energias do Brasil S.A.									35.947	33,53	35.947	4,57
Lajeado Energia S.A.	293.608	73,00	186.559	73,00	6.685	41,04	3.764	73,00			490.616	62,39
Companhia Paranaense de Energia - COPEL					6.425	39,45					6.425	0,82
Fumas Centrais Elétricas S.A.					1.650	10,13					1.650	0,21
Outros					206	1,25			71.252	66,47	71.458	9,09
	402.202	100	255.560	100	16.289	100	5.156	100	107.199	100	786.406	100,00

A Companhia não possui capital autorizado, conforme estatuto social.

Em atendimento ao parágrafo 19 do CPC 39, as ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" foram classificadas como instrumento de dívida por satisfazerem a condição de passivo financeiro, sendo reclassificadas para a rubrica de Empréstimos, financiamentos e encargos de dívida (Nota 14), porém estão apresentadas no quadro anterior para melhor entendimento da destinação do lucro (Nota 20.2).

20.2 Destinação do lucro

Os lucros líquidos apurados em cada exercício serão destinados sucessivamente e nesta ordem, observado o disposto no artigo 202, incisos I, II e III da Lei nº 6.404/76 e artigo 29 do Estatuto Social, da seguinte forma:

- 5% da Reserva Legal, que não excederá 20% do Capital social;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser destinada à formação de reservas para contingências, na forma prevista no artigo 195 da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela será destinada ao pagamento do dividendo fixo assegurado às ações preferenciais;
- serão destinados ao pagamento de dividendos às ações ordinárias 25% do lucro líquido, diminuídos ou acrescidos dos seguintes valores: (i) importância destinada à constituição da reserva legal; (ii) importância destinada à formação da Reserva para Contingências (artigo 29, "b", supra), e reversão da mesma reserva formada em exercícios anteriores; e (iii) importância decorrente da reversão da Reserva de Lucros a Realizar formada em exercícios anteriores, nos termos do artigo 202, inciso III da Lei nº 6.404/76;
- uma parcela, por proposta dos órgãos da Administração, poderá ser retida com base em orçamento de capital previamente aprovado, nos termos do artigo 196 da Lei nº 6.404/76;
- no exercício em que o montante do dividendo obrigatório ultrapassar a parcela realizada do lucro do exercício, a Assembleia Geral poderá, por proposta dos órgãos da Administração, destinar o excesso à constituição de Reserva de Lucros a Realizar, observado o disposto no artigo 197 da Lei nº 6.404/76; e
- o lucro remanescente, por proposta dos órgãos de Administração, poderá ser total ou parcialmente destinado à constituição da Reserva de Investimentos, observado o disposto no parágrafo 2º, infra, e o artigo 194 da Lei nº 6.404/76.

Em 15 de dezembro de 2011, o Conselho de Administração da Companhia aprovou o crédito de juros sobre capital próprio, nos termos da Lei nº 9.249 de 26 de dezembro de 1995, no montante bruto de R\$18.300, imputáveis aos dividendos a serem distribuídos pela Companhia em data de pagamento a ser deliberada.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

De acordo com os artigos 8º e 9º do Estatuto Social da Companhia, as ações preferenciais classes "A" e "C" tem as seguintes vantagens:

- a) recebimento de dividendos suplementares aos 3% inicialmente descritos no artigo 8º alínea B do Estatuto Social, caso sejam pagos dividendos maiores a outras classes ou tipos de ações, de modo que nenhuma outra classe de ações sejam conferidas vantagens patrimoniais superiores;
- b) prioridade no reembolso de capital, em caso de dissolução da Companhia; e
- c) igualdade de condições em relação às demais classes e espécie de ações, concorrendo em todos os eventos qualificados como de distribuição de resultados, inclusive na capitalização de reservas disponíveis e lucros retidos a qualquer título.

20.3 Reservas

	30/06/2012	31/12/2011
Reservas de capital		
Ágio na incorporação de sociedade controladora	14.473	14.473
	<u>14.473</u>	<u>14.473</u>
Outros resultados abrangentes		
Perda / Ganho atuarial com Benefícios pós-emprego	(257)	(260)
IRPJ/CSLL Diferido	88	89
	<u>(169)</u>	<u>(171)</u>
Reservas de lucros		
Reserva legal	21.987	21.987
Retenção de lucros	96.063	90.085
Reserva de investimento (art. 29, "g" Estatuto Social)	126.605	94.569
Dividendo adicional proposto		<u>60.067</u>
	<u>244.655</u>	<u>266.708</u>
Total	<u>258.959</u>	<u>281.010</u>

20.3.1 Reservas de capital

O valor de R\$14.473, refere-se ao ágio na emissão de ações proveniente da atualização monetária verificada entre a data de subscrição da ação e a data de sua efetiva integralização.

20.3.2 Outros resultados abrangentes

Referem-se à contabilização de passivos oriundos de benefícios pós-emprego relativos a ganhos e perdas atuariais, conforme estabelecido pela Deliberação CVM nº 600, de 7 de outubro de 2009 e regras estabelecidas no CPC 33, deduzido do respectivo Imposto de renda e Contribuição social diferidos.

A movimentação de Outros resultados abrangentes no período é a seguinte:

	Saldo em 31/12/2011	Ganhos	Provisão IRPJ/CSLL	Saldo em 30/06/2012
Ganhos e perdas atuariais - Benefícios pós-emprego	(171)	3	(1)	(169)
	<u>(171)</u>	<u>3</u>	<u>(1)</u>	<u>(169)</u>

20.3.3 Reserva de retenção de lucros

A Reserva de retenção de lucros tem sido constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76, para viabilizar os Programas de Investimentos da Companhia, previstos nos orçamentos de capital submetidos e aprovados nas Assembleias Gerais Ordinárias.

20.3.4 Reserva de investimento

A Reserva de investimento foi constituída nos termos da alínea "g" do artigo 29 do Estatuto Social, em conformidade com o artigo 194 da Lei nº 6.404/76 e sua finalidade é preservar a integridade do patrimônio social e a capacidade de investimento da sociedade.

20.4 Ações preferenciais classe "C"

A Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 5 de outubro de 2006, deliberou sobre a aprovação e a conversão de 82.300.000 debêntures conversíveis subscritas e integralizadas pelo Fundo de Investimento da Amazônia – FINAM, no montante de R\$120.252, correspondente a 98.779.619 ações preferenciais classe "C" de emissão da Companhia, nos termos do parágrafo 2º do artigo 9º do Estatuto Social.

21 Dividendos

	Passivo	
	30/06/2012	31/12/2011
Lajeado Energia S.A.	25.782	9.684
CEB Lajeado S.A.	7.063	2.653
Paulista Lajeado Energia S.A.	2.473	929
Acionistas não controladores	<u>2.745</u>	<u>2.745</u>
Total	<u>38.063</u>	<u>16.011</u>

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

22 Receitas

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho			
	MWh (*)		R\$	
	2012	2011	2012	2011
Suprimento de Energia elétrica	22.131	21.710	2.808	2.580
Energia de curto prazo			381	153
Total Suprimento	22.131	21.710	3.189	2.733
Arrendamento			136.673	107.218
Outras receitas operacionais			351	305
(-) Deduções à receita operacional				
P&D			(31)	(27)
PIS/COFINS			(12.970)	(10.199)
	22.131	21.710	127.212	100.030

(*) Não revisado pelos auditores independentes.

23 Gastos operacionais

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho					
	2012					2011
	Custo do serviço		Despesas operacionais			Total
	Com energia elétrica	De operação	Com vendas	Gerais e administrativas	Outras	Total
Não gerenciáveis						
Energia elétrica comprada para revenda						
Moeda nacional	1					44
Encargos de uso da rede elétrica	686					627
Taxa de fiscalização					9	9
Compensações financeiras					149	135
	687	-	-	-	158	815
Gerenciáveis						
Pessoal, Administradores e Entidade de previdência privada		2.953		2.757		5.710
Material		192		86		309
Serviços de terceiros		1.347		3.486		4.833
Depreciação		16.965		177		17.142
Amortização		340		115		455
Provisão p/créd.liq.duvidosa / perdas líquidas			14			14
Provisões para contingências					161	161
Aluguéis e arrendamentos				223		223
Ganhos e perdas na desativação e alienação de bens					562	562
Outras		38	2	895		935
	-	21.835	16	7.739	723	30.313
Total	687	21.835	16	7.739	881	31.158

24 Resultado financeiro

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho	
	2012	2011
Receitas financeiras		
Renda de aplicações financeiras	213	67
Variações monetárias moeda nacional	1	
SELIC sobre tributos e contribuições sociais compensáveis	12	183
Outras receitas financeiras	110	126
	336	376
Despesas financeiras		
Encargos de dívidas	(7.790)	(6.353)
Variações monetárias moeda nacional		(1.084)
Atualização monetária de licenças ambientais	(434)	(546)
Ajuste a valor presente - Ações preferenciais	(1.582)	(1.455)
Provisões e atualizações monetárias das contingências judiciais	(563)	(322)
Atualização monetária contratos de mútuo	(2.514)	(2.846)
Atualização monetária uso do bem público	(1.315)	(9.157)
Ajuste a valor presente uso do bem público	(651)	2.838
Benefícios pós-emprego	(40)	
Outras despesas financeiras	(54)	(31)
	(14.943)	(18.956)
	(14.607)	(18.580)

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

25 Imposto de renda e contribuição social

	Períodos de 6 meses findos em 30 de junho			
	Imposto de Renda		Contribuição Social	
	2012	2011	2012	2011
Lucro antes do IRPJ e CSLL	81.447	51.469	81.447	51.469
Aliquota	25%	25%	9%	9%
IRPJ e CSLL	(20.362)	(12.867)	(7.330)	(4.632)
Ajustes para refletir a alíquota efetiva				
IRPJ e CSLL sobre adições e exclusões permanentes				
Gratificações a administradores	(11)		(3)	
(Adição) Reversão de diferenças permanentes	(1.495)	463	(538)	166
Ajustes na DIPJ referente exercício social anterior	4	920	2	338
Adicional IRPJ	12	12		
Despesa de IRPJ e CSLL	(21.852)	(11.472)	(7.869)	(4.128)
Aliquota Efetiva	26,83%	22,29%	9,66%	8,02%

26 Lucro por ação

O resultado básico por ação da Companhia para os períodos apresentados é calculado pela divisão do resultado atribuível aos titulares de ações ordinárias e preferências da companhia pelo número médio ponderado de ações em poder dos acionistas.

Para o período de divulgação, a Companhia não dispunha de instrumentos financeiros passivos conversíveis em ações da própria Companhia ou transações que gerassem efeito dilutivo ou antidilutivo sobre o resultado por ação do período. Dessa forma, o resultado "básico" por ação que foi apurado para o período é igual ao resultado "diluído" por ação segundo os requerimentos do CPC 41. O cálculo do resultado "básico e diluído" por ação é demonstrado na tabela a seguir:

	Período de 6 meses findos em 30 de junho	
	2012	2011
Resultado líquido do período atribuível aos acionistas controladores da Companhia	51.726	35.869
Média ponderada do número de ações ordinárias em poder dos acionistas controladores	786.406	786.406
Lucro básico e diluído por ações (reais/ação)	0,06578	0,04561
ON	0,03364	0,02333
PNR	0,02138	0,01482
PNA	0,00136	0,00094
PNB	0,00043	0,00030
PNC	0,00897	0,00622

27 Instrumentos financeiros

Em atendimento aos Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 3/2009 de 19 de novembro de 2009, Ofício-Circular/CVM/SNC/SEP nº 2/2011 de 4 de março de 2011 e Instrução CVM nº 475 de 17 de dezembro de 2008, a Companhia efetuou avaliação de seus instrumentos financeiros, inclusive os derivativos, quando aplicável.

27.1 Considerações gerais

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros. A administração desses instrumentos é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar crédito, liquidez, segurança e rentabilidade. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção é feita por meio de uma análise periódica da exposição aos riscos financeiros (câmbio, taxa de juros e etc), a qual é reportada regularmente através de relatórios de risco disponibilizados à Administração. Em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, e com base nas análises periódicas consubstanciadas nos relatórios de risco, são definidas estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros, as quais são aprovadas pela Administração, para operacionalização da referida estratégia. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações de caráter especulativo, em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco. Os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração da Companhia.

A administração dos riscos associados a estas operações é realizada através da aplicação de políticas e estratégias definidas pela Administração e incluem o monitoramento dos níveis de exposição de cada risco de mercado, previsão de fluxos de caixa futuros e estabelecimento de limites de exposição. Essa política determina também que a atualização das informações em sistemas operacionais, assim como a confirmação e operacionalização das transações junto às contrapartes, sejam feitas com a devida segregação de funções.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.2 Valor justo

Valor justo é o montante pelo qual um ativo poderia ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes com conhecimento do negócio e interesse em realizá-lo, em uma transação na qual não há favorecidos.

O conceito de valor justo trata de inúmeras variações sobre métricas utilizadas com o objetivo de mensurar um montante em valor confiável, para isso, alguns modelos matemáticos foram desenvolvidos.

Para apuração do valor justo, a Companhia projeta os fluxos dos instrumentos financeiros até o término das operações seguindo as regras contratuais, inclusive para taxas pós fixadas e utiliza como taxa de desconto o DI futuro divulgado pela BM&FBovespa. Algumas rubricas apresentam saldo contábil equivalente ao valor justo, essa situação acontece em função desses instrumentos financeiros possuírem características substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado.

As operações com instrumentos financeiros estão apresentadas no balanço pelo seu valor contábil que equivale ao seu valor justo exceto para Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas, que nestes casos, o valor contábil difere ao seu valor justo.

	Valor justo		Valor contábil	
	30/06/2012	31/12/2011	30/06/2012	31/12/2011
Ativos financeiros				
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa	40.311	3.314	40.311	3.314
Concessionárias	579	582	579	582
Rendas a receber	22.779	16.870	22.779	16.870
	<u>63.669</u>	<u>20.766</u>	<u>63.669</u>	<u>20.766</u>
Passivos financeiros				
Circulante				
Fornecedores	1.243	3.220	1.243	3.220
Partes relacionadas	57.265	54.752	57.265	54.752
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	29.296	61.017	29.216	60.989
Uso do bem público	3.441	3.634	3.441	3.634
Não circulante				
Empréstimos e financiamentos	76.695	75.113	76.695	75.113
Partes relacionadas	25	132	25	132
Uso do bem público	37.989	37.814	37.989	37.814
	<u>205.954</u>	<u>235.682</u>	<u>205.874</u>	<u>235.654</u>

As informações adicionais sobre as premissas utilizadas na apuração dos valores justos são divulgadas a seguir levando em consideração seus prazos e relevância de cada instrumento financeiro.

Para Caixa e equivalentes de caixa são aplicadas políticas de risco da administração onde o saldo é apresentado pelo custo acrescido de juros e com liquidez imediata. Conforme políticas da administração, as aplicações são consolidadas por contraparte e por *rating* de crédito de modo a permitir a avaliação de concentração e exposição de risco de crédito. Esta exposição máxima ao risco também é medida em relação ao patrimônio líquido da instituição financeira. A Companhia apresenta saldo somente em Disponibilidade de caixa.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas são valorizados através de modelo de precificação aplicado individualmente para cada transação levando em consideração os fluxos futuros de pagamento, fundamentado nas condições contratuais, descontados a valor presente por taxas obtidas através das curvas de juros de mercado, tendo como base, sempre que disponível, informações obtidas pelo site da BM&FBovespa. Desta forma, o valor de mercado de um título corresponde ao seu valor de vencimento (valor de resgate) trazido a valor presente pelo fator de desconto.

Na categoria de empréstimos temos constituídas ainda Ações preferenciais das classes "A", "B" e "C" e refere-se à emissão da Companhia, onde de acordo com o artigo 8º do Estatuto Social da referida controlada, os detentores de tais ações gozam, entre outros, do direito de recebimento de um dividendo anual fixo, cumulativo, de 3% sobre o valor de sua respectiva participação no capital social.

Devido a esta característica, as ações foram classificadas como um instrumento financeiro de dívida por satisfazerem a definição de passivo financeiro, pelo fato da companhia não ter o direito de evitar o envio de caixa ou outro ativo financeiro para outra entidade, conforme determina o item 19 do CPC 39. A estimativa de valor justo foi efetuada considerando as condições acima descritas para pagamento dos dividendos. O pagamento anual de dividendos foi considerado até 2033 (término da concessão) e trazido a valor presente pela taxa de desconto de 8,70% a.a.

Partes relacionadas é composto por contratos de compartilhamento de gastos regulados pela ANEEL, contratos de Mútuo e arrendamento, sem conflitos de interesses e em condições reais de mercado, contemplando apenas os valores devidos sem acréscimos de nenhum tipo.

O valor da rubrica Uso do bem público consiste em um instrumento financeiro demonstrado ao custo amortizado atualizado pelo IGP-M incorrido até a data do balanço. Os saldos do passivo circulante e não circulante estão reconhecidos ao valor presente, pela taxa implícita no projeto de 6% que representa o custo médio de capital na data da assinatura dos contratos de concessão na modalidade de UBP para a Companhia.

Classificação dos instrumentos financeiros:

	30/06/2012			31/12/2011		
	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total	Empréstimos e recebíveis	Valor justo por meio do resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa		40.311	40.311		3.314	3.314
Rendas a receber	22.779		22.779	16.870		16.870
Concessionárias	579		579	582		582
	<u>23.358</u>	<u>40.311</u>	<u>63.669</u>	<u>17.452</u>	<u>3.314</u>	<u>20.766</u>
Passivos financeiros						
	<u>30/06/2012</u>	<u>31/12/2011</u>				
	Outros ao custo amortizado	Outros ao custo amortizado				
Fornecedores	1.243	3.220				
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	105.911	136.102				
Partes relacionadas	57.290	54.884				
Uso do bem público	41.430	41.448				
	<u>205.874</u>	<u>235.654</u>				

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

Não houve reclassificação de categoria dos Instrumentos financeiros no período.

A hierarquização dos instrumentos financeiros através do valor justo regula a necessidade de informações mais consistentes e atualizadas com o contexto externo à Companhia. São exigidos como forma de mensuração para o valor justo dos instrumentos da Companhia:

(a) Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

(b) Nível 2 - diferentes dos preços negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

(c) Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento. Não houve alteração nas classificações dos níveis de Instrumentos financeiros no período.

30/06/2012	Mensuração do valor justo	
	Mercados idênticos Nível 1	Mercados similares Nível 2
40.311	8.098	32.213
40.311	8.098	32.213

Ativos financeiros

Caixa e equivalentes de caixa

27.3 Risco de mercado

O risco de mercado é apresentado como a possibilidade de perdas monetárias em função das oscilações de variáveis que tenham impacto em preços e taxas negociadas no mercado. Essas flutuações geram impacto a praticamente todos os setores e, portanto, representam fatores de riscos financeiros.

Os Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas captados pela Companhia, apresentados na nota 14, possuem como contraparte o BNDES. As regras contratuais para os passivos financeiros adquiridos pela Companhia criam fundamentalmente riscos atrelados a essas exposições. Em 30 de junho de 2012 a Companhia possui um risco de mercado associado à TJLP.

Como riscos de mercado associados à taxas de juros, atribui-se ao IGP-M, à TJLP e ao CDI a consideração de que a economia brasileira apresenta um panorama favorável ao crescimento com solidez e investimentos voltados para a infraestrutura. A inflação sob controle e a oferta de crédito são fatores de primeira importância na captação com baixo risco de recursos atrelados a esses indexadores. Deve-se considerar que o aumento da inflação e a crescente da taxa SELIC são indicadores de um custo maior na realização dessas operações.

Considerando que a taxa de mercado (ou custo de oportunidade do capital) é definida por agentes externos, levando em conta o prêmio de risco compatível com as atividades do setor e que, na impossibilidade de buscar outras alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, face aos negócios da empresa e às peculiaridades setoriais, o valor de mercado desta parcela de empréstimos aproxima-se ao seu valor contábil, assim como os demais ativos e passivos financeiros avaliados.

27.3.1 Análise de sensibilidade

No quadro a seguir foram considerados cenários dos indexadores utilizados pela Companhia, com as exposições aplicáveis de flutuação de taxas de juros e outros indexadores até as datas de vencimento dessas transações, com o cenário I (provável) o adotado pela Companhia, baseado fundamentalmente em premissas macroeconômicas obtidas do relatório Focus do Banco Central, os cenários II e III com 25% e 50% de aumento do risco, respectivamente, e os cenários IV e V com 25% e 50% de redução, respectivamente.

Essas análises de sensibilidade foram preparadas de acordo com a Instrução CVM nº 475/2008, tendo como objetivo mensurar o impacto às mudanças nas variáveis de mercado sobre cada instrumento financeiro da Companhia. Não obstante, a liquidação das transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados devido à subjetividade contida no processo utilizado na preparação dessas análises. As informações demonstradas no quadro mensuram contextualmente o impacto nos resultados da Companhia em função da variação de cada risco destacado.

Operação	Risco	Aging cenário					
		Aging cenário provável	Cenário (I)	Cenário (II)	Cenário (III)	Cenário (IV)	Cenário (V)
		Até 1 ano	Provável	Aumento do risco em 25%	Aumento do risco em 50%	Redução do risco em 25%	Redução do risco em 50%
Instrumentos financeiros ativos	CDI	1.004	1.004	251	502	(251)	(502)
		1.004	1.004	251	502	(251)	(502)
Instrumentos financeiros passivos	TJLP	(380)	(380)	(55)	(110)	55	110
		(380)	(380)	(55)	(110)	55	110

Os índices de CDI e TJLP, considerados de 7,50% e 5,50% respectivamente, foram obtidos através de informações disponibilizadas pelo mercado.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

27.4 Risco de liquidez

O risco de liquidez evidencia a capacidade da Companhia em liquidar as obrigações assumidas. Para determinar a capacidade financeira da Companhia em cumprir adequadamente os compromissos assumidos, os fluxos de vencimentos dos recursos captados e de outras obrigações fazem parte das divulgações. Informações com maior detalhamento sobre os empréstimos captados pela Companhia são apresentados na nota 14.

A Administração da Companhia somente utiliza linhas de créditos que possibilitem sua alavancagem operacional, essa premissa é afirmada quando observamos as características das captações efetivadas.

Covenants são indicadores econômico-financeiros de controle da saúde financeira da Companhia exigidos nos contratos de ingresso de recursos. O não cumprimento dos *covenants* impostos nos contratos de empréstimos e financiamentos pode acarretar em um desembolso imediato ou vencimento antecipado de uma obrigação com fluxo e periodicidade definidos. A relação dos *covenants* por contrato aparecem descritos individualmente na nota 14. Até 30 de junho de 2012 todos os *covenants* das obrigações contratadas foram atendidos em sua plenitude.

Os ativos financeiros mais expressivos da Companhia são demonstrados nas rubricas Caixa e equivalentes de caixa (Nota 3), Concessionárias (Nota 4) e Rendas a receber (Nota 5). A Companhia em 30 de junho de 2012 tem em Caixa um montante cuja disponibilidade é imediata. Para Concessionárias, os saldos compreendem um fluxo estimado para os recebimentos.

27.5 Risco de crédito

O risco de crédito compreende a possibilidade da Companhia não realizar seus direitos, essa descrição está diretamente relacionada às rubricas de Caixa e equivalentes de caixa, Concessionárias, Rendas a receber, Cauções e depósitos vinculados, entre outros.

No setor de energia elétrica as operações realizadas estão direcionadas ao regulador que mantém informações ativas sobre as posições de energia produzida e consumida. A partir dessa estrutura planejamentos são criados buscando o funcionamento do sistema sem interferências ou interrupções. As comercializações são geradas a partir de leilões, contratos, entre outros, esse mecanismo agrega confiabilidade e controla a inadimplência entre participantes setoriais.

Outra importante fonte de risco de crédito é associada às aplicações financeiras. A administração desses ativos financeiros é efetuada por meio de estratégias operacionais com base nas políticas e controles internos visando assegurar liquidez, segurança e rentabilidade.

Estratégias específicas de mitigação de riscos financeiros em atendimento à Política de Gestão de Riscos Financeiros do Grupo EDP Energias do Brasil, são realizadas periodicamente baseadas nas informações extraídas dos relatórios de riscos. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das condições contratadas versus condições vigentes no mercado através de sistemas operacionais integrados à plataforma SAP. A Companhia não efetua aplicações em caráter especulativo, os resultados obtidos com estas operações estão condizentes com as políticas e estratégias definidas pela Administração.

Para os ativos financeiros resultantes de aplicações financeiras, a Companhia somente realiza operações com instituições financeiras classificadas com baixo risco avaliadas por agências de *rating*, com a finalidade de garantir uma rentabilidade maior com uma segurança agregada aos resultados.

A Administração entende que as operações de aplicações financeiras contratadas não expõem a Companhia a riscos significativos que futuramente possam gerar prejuízos materiais.

28 Compromissos contratuais e Garantias

28.1 Compromissos contratuais

Em 30 de junho de 2012, os compromissos por dívidas financeiras de curto e longo prazos, os contratos de mútuos e Uso do bem público (que figuram nas informações contábeis intermediárias) e os restantes das obrigações de compras e as responsabilidades de locações operacionais (que não figuram nas informações contábeis intermediárias), são apresentadas por maturidade de vencimento, como segue:

Nota	Total Geral	30/06/2012				
		Até 1 ano	Entre 1 a 3 anos	Entre 3 a 5 anos	acima de 5 anos	
Dividas financeiras de curto e longo prazos inclui juros vincendos	15	105.911	29.216	13.057	10.166	53.472
Contratos de mútuos	9	57.265	57.265	-	-	-
Responsabilidades com locações operacionais		54	54	-	-	-
Obrigações de compra		19.318	12.073	6.800	445	-
Uso do bem público	17	41.430	3.441	8.721	7.378	21.890
Licenças ambientais	18	14.905	7.962	6.943	-	-
		<u>238.883</u>	<u>110.011</u>	<u>35.521</u>	<u>17.989</u>	<u>75.362</u>

Os compromissos contratuais referidos no quadro acima, estão a valor presente e refletem essencialmente acordos e compromissos necessários para o decurso normal da atividade operacional da Companhia. Para os itens que não figuram nas informações contábeis intermediárias, foi utilizado como taxa de desconto, o custo médio de capital da Companhia.

As obrigações de compra incluem essencialmente responsabilidades relacionadas com contratos de longo prazo relativos ao fornecimento de produtos e serviços no âmbito da atividade operacional da Companhia.

Notas Explicativas

Notas explicativas às informações contábeis intermediárias

Período findo em 30 de junho de 2012

(Em milhares de reais, exceto quando indicado)

28.2 Garantias

Tipo de garantia oferecida	30/06/2012	31/12/2011
	Valor	Valor
Aval de acionista	1.127	1.109
Fiança Bancária	635	395
Fiança Corporativa	19.225	46.941
Garantias em recebíveis	59	59
Notas Promissórias	175.225	156.000
Penhor de Ações	915.313	915.296
Penhor de Direitos	19.225	46.941

Aval de acionista: O aval é a garantia pessoal do pagamento de um título de crédito. Nele, o garantidor promete pagar a dívida, caso o devedor não o faça. Vencido o título, o credor pode cobrar indistintamente do devedor ou do avalista. O saldo de Aval de acionista, em sua totalidade, refere-se aos contratos de seguros de vida.

Fiança Bancária: É um contrato por meio do qual a instituição financeira, que é a fiadora, garante o cumprimento da obrigação de seus clientes (afiançado) e poderá ser concedido em diversas modalidades de operações e em operações ligadas ao comércio internacional. A fiança nada mais é do que uma obrigação escrita, acessória, assumida pela instituição financeira, e que, por se tratar de uma garantia e não de uma operação de crédito, está isenta do IOF. O saldo de Fiança Bancária, em sua totalidade, refere-se a ações judiciais.

Fiança Corporativa: A fiança é uma garantia de satisfazer ao credor uma obrigação assumida pelo devedor, caso este não o faça. Corporativa quando é prestada por pessoas jurídicas. O saldo de Fiança Corporativa, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Garantias em recebíveis: O artigo 28-A, da Lei Geral de Concessões (Lei nº 8.987/95), explicita a possibilidade das concessionárias cederem, em caráter fiduciário, parcela de seus créditos operacionais como garantia dos contratos de mútuo de longo prazo – no mínimo cinco anos – destinados a investimentos na concessão. As concessionárias poderão ofertar seus recebíveis como garantia dos empréstimos tomados pela concessionária, ajustando-se ao modelo de Securitização de Recebíveis, em que o projeto é garantido pela receita operacional futura gerada pelo próprio empreendimento, quando em operação.

Notas Promissórias: é um título cambiário em que seu criador assume a obrigação direta e principal de pagar a soma constante no título. A nota promissória nada mais é do que uma promessa de pagamento. Para seu nascimento são necessárias duas partes, o emitente ou subscritor (devedor), criador da promissória no mundo jurídico, e o beneficiário ou tomador que é o credor do título. O saldo de Notas promissórias, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

Penhor de Ações: É o direito real que se constitui pela entrega das ações como garantia.

O saldo de Penhor de Ações, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos. As ações ordinárias dadas em garantia são detidas pela Lajeado Energia (73%) e pela EDP Energias do Brasil S.A. (40,78%), conforme mencionado nas notas 9.1 e 21.1.

Penhor de Direitos: Penhor sobre os direitos emergentes da Concessão da UHE Lajeado, compreendendo mas não se limitando aos seguintes itens: a) o direito de gerar energia elétrica; b) a energia elétrica a ser gerada e c) as garantias constantes dos contratos de Compra de Energia em ambiente regulado. O saldo de Penhor de Direitos, em sua totalidade, refere-se aos contratos de empréstimos e financiamentos.

29 Seguros

A Companhia mantém contratos de seguros com coberturas determinadas por orientação de especialistas, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma revisão das informações contábeis intermediárias e conseqüentemente, não foram analisadas pelos auditores independentes. As principais coberturas de seguros são:

	30/06/2012
Usinas	561.349
Transportes (materiais)	2.500
Transportes (veículos)	1.600
Acidentes pessoais	2.982

A Controladora EDP - Energias do Brasil, detém a controlada Investco como cossegurada em sua apólice de seguro de Responsabilidade civil.

30 Meio ambiente

A Companhia segue a abrangente legislação ambiental brasileira nas esferas federal, estadual e municipal. Além do cumprimento desta legislação, que é fiscalizado por órgãos e agências governamentais, a Companhia investe em ações sócio-ambientais focadas no desenvolvimento sustentável.

Os gastos de natureza ambiental acumulados até 30 de junho de 2012 foram de R\$3.733 sendo R\$3.173, capitalizados no período (Nota 11), relativos à gestão e proteção do meio ambiente, e R\$560 em contrapartida do resultado do período relativo ao programa de monitoramento de solos, águas subterrâneas e superficiais em todas as suas instalações e proteção de biodiversidade e da paisagem e proteção do ar e clima.

Comentário Sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais

A Companhia não divulga projeções empresariais.

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes

Todas as informações julgadas relevantes pela Companhia estão contempladas no comentário de desempenho e nas notas explicativas às informações contábeis intermediárias.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ao Conselho de Administração e Acionistas da
Investco S.A.
Miracema do Tocantins - TO

Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias da Investco S.A. ("Companhia"), contidas no Formulário de Informações Trimestrais - ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2012, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - Demonstração Intermediária e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e IAS 34, aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado ("DVA"), referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2012, elaboradas sob a responsabilidade da Administração, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro (IFRSs), que não requerem a apresentação da DVA. Essas informações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo com as informações contábeis intermediárias tomadas em conjunto.

Balanço patrimonial e informações contábeis intermediárias de 2011

O balanço patrimonial levantado em 31 de dezembro de 2011 e as informações contábeis intermediárias referentes ao trimestre e período de seis meses findos em 30 de junho de 2011, apresentados para fins de comparação, foram, respectivamente, auditado e revisadas por outros auditores independentes que emitiram relatórios sem modificação sobre essas demonstrações financeiras em 29 de fevereiro de 2012 e 19 de julho de 2011, respectivamente.

São Paulo, 19 de julho de 2012

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Iara Pasian
Contadora
CRC nº 1 SP 121517/O-3 S/TO

As folhas das ITR, por nós revisadas, estão rubricadas tão-somente para fins de identificação.

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

PARECER DO CONSELHO FISCAL

Os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, emitiram parecer favorável às Demonstrações Financeiras relativas ao 2º trimestre de 2012, por considerarem que relatam a situação econômico-financeira da Companhia.

São Paulo, 23 de julho de 2012.

ALLAIN BRASIL BERTRAND JÚNIOR
Conselheiro Efetivo

EDISON RODRIGUES
Conselheiro Efetivo

MARCO ANTONIO VIEIRA
Conselheiro Efetivo

RUBENS DOS SANTOS
Conselheiro Efetivo

FELIPE HA JUNG KIM
Conselheiro Efetivo

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Os Diretores da Companhia declaram que em 19 de julho de 2012, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, bem como declaram que, nesta mesma data, reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia base 30.06.2012.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes

Os Diretores da Companhia declaram que em 19 de julho de 2012, reviram, discutiram e concordam com as opiniões expressas no Parecer emitido pela DELOITTE TOUCHE TOHMATSU Auditores Independentes, bem como declaram que, nesta mesma data, reviram, discutiram e concordam com as informações contábeis intermediárias da Companhia base 30.06.2012.

Luiz Otavio Assis Henriques
Diretor Presidente

Alvaro Jorge Guerreiro de Sousa
Diretor Vice-Presidente de Controle

Paulo Eduardo de Almeida Godoy
Diretor Vice-Presidente

Francisco Toledo Watson
Diretor Vice-Presidente

Carlos Emanuel Baptista Andrade
Diretor Administrativo e Financeiro

Plácido Gonçalves Meirelles Junior
Diretor de Relações Institucionais e de Comunicação

Andréa Mazzaro Carlos de Vincenti
Diretora Jurídica